

Chanceleres condenam crimes de Israel

Brasil reafirma apoio à África do Sul contra o genocídio em Gaza

Márcio Batista - MRE



“É o nosso dever erguer nossa voz”, disse Mauro Vieira para Naledi Pandor

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, encontrou-se na terça-feira (23) com a chanceler da África do Sul, Naledi Pandor, e reforçou o apoio do Brasil à denúncia sul-africana de genocídio contra Israel. “Apoiamos, em consonância com o nosso tradicional compromisso com o direito internacional, o processo instaurado na Corte Internacional de Justiça (CIJ), pela África do Sul, sobre a aplicação da convenção para a repressão e punição do crime de genocídio”, declarou Mauro Vieira. **P. 3**



Reprodução



Lula cobra publicamente de Haddad mais verbas para Embrapa

O presidente Lula fez uma cobrança pública de seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante as comemorações dos 51 anos da Embrapa na quinta-feira (25), que revela bem como a insistência da equipe econômica em manter a meta de zerar o déficit fiscal primário – sem contar os juros – em 2024 atrapalha os objetivos do governo de promover a retomada do desenvolvimento brasileiro. Mesmo em clima de festa, quando o presidente perguntou aos presentes ao galpão da Embrapa em Brasília, onde o ato foi realizado, se a instituição estava recebendo os recursos necessários para desenvolver suas pesquisas, o auditório respondeu unânime que não. Foi nesta hora que Lula fez a cobrança ao ministro Fernando Haddad e ao ministro da Agricultura, Carlos Fávaro. “O Haddad veio aqui, falou bonito, mas não falou de dinheiro”, disse Lula. **Página 3**

“Petrobrás engorda financistas em vez de investir na empresa”, critica Siqueira

Reprodução



Marcha em defesa da educação reúne 800 mil em Buenos Aires

800 mil argentinos participaram da marcha em defesa da educação pública ameaçada por Milei, na terça-feira (23), em Buenos Aires. Segundo informa o jornal argentino Página 12 as manifestações que também ocorreram em Córdoba, Mendoza, San Luis, San

Juan, Santa Cruz, Bariloche e em muitas outras cidades, trouxeram para as ruas do país mais de um milhão que ampliaram as reivindicações

para questionar a política de corte de recursos e arrocho salarial que Milei tem imposto em seu destrutivo desgoverno. **Página 6**

Reprodução/Alesp



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Tarcísio ataca a autonomia da TV Cultura e tenta desmontá-la

Com o apoio de sua base na Assembleia Legislativa de SP, sua a investida agora é contra a TV Cultura. **Página 4**

Justiça para a tramitação do PL de privatização da Sabesp

O movimento contra a privatização da Sabesp obteve uma importante vitória na quarta-feira (24). A juíza Celina Kiyomi Toyoshima, da 4ª Vara de Fazenda Pública da Justiça de São Paulo, determinou que a Câmara Municipal de São Paulo só faça a segunda votação do projeto de lei de privatização da estatal após a realização de todas as audiências públicas, além de outras, caso se julgue necessário. Até o momento, seis audiências públicas foram realizadas e há outras três previstas. **Página 4**



Para o engenheiro Fernando Siqueira, a política da empresa prioriza a distribuição de dividendos em benefício de “financistas – hoje majoritários –, enquanto penaliza drasticamente o povo brasileiro sem lhe dar qualquer retorno”. Declarações foram feitas em seu voto na Assembleia Geral Ordinária da companhia. Siqueira se manifesta ainda pela rejeição das contas da empresa no ano de 2023, “em face do desempenho gerencial que contraria as finalidades da companhia em face da Constituição Federal, a qual estabelece que uma empresa estatal tem como imperativos o seu objetivo social, a segurança nacional e o interesse coletivo”. **Página 2**

R\$ 250 bilhões do BNDES para reindustrializar o Brasil é pouco, diz Mercadante

“Posso dizer, que nos dados de abril, nós já passamos de R\$ 100 bilhões, dos R\$ 250 bilhões que nós nos comprometemos. R\$ 250 bilhões é pouco. Repito, 250 bilhões hoje é pouco. O Brasil pode mais”, disse o presidente do BNDES. **Pág. 2**

Coaf aponta corte no seu orçamento tornando mais difícil enfrentamento ao crime organizado

O chefe do Coaf, Ricardo Liá, afirmou que os recursos destinados ao órgão atualmente são insuficientes para o cumprimento de suas obrigações no combate aos crimes financeiros. “Está difícil de a gente conseguir sobreviver, mas vamos fazer das tripas coração e tentar superar isso aí”, disse ele. **Página 3**

40 universidades dos EUA contra o massacre em Gaza

Pág. 7



Foto: Reprodução. Patrice Lumumba, líder da libertação do Congo

Quem escravizou a África foram os colonialistas e o imperialismo

O presidente de Portugal, Rebelo de Sousa, deu início recentemente às discussões sobre as responsabilidades pela escravidão implantada em várias partes do mundo nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Um passo importante, sem dúvida, para o esclarecimento das causas e dos responsáveis por este verdadeiro genocídio que o capitalismo embrionário, em sua fase colonial, perpetrou contra as populações do continente africano.

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

O filósofo alemão Karl Marx chamou esta fase triste da história da Humanidade de “acumulação primitiva do capital”. Nela, os comerciantes, representantes da burguesia nascente, acumularam riquezas cometendo crimes hediondos contra as classes despossuídas dentro de seus próprios países e em várias partes do mundo.

A ganância por lucros cada vez maiores fez com que esses comerciantes desenterrassem o escravismo, método de exploração que a Humanidade já havia superado há tempos. O continente africano, mas não só ele, foi a principal vítima desta ganância colonial.

Inglaterra, Portugal, Espanha, Países Baixos e outros foram os pioneiros na expansão de seus domínios sobre outros povos e no tráfico de escravos.

Na lógica do capitalismo nascente, os negros africanos passaram a integrar a cesta de “mercadorias” transacionadas pelos “negociantes” mundo afora. A colonização do “Novo Mundo” e a extração de suas riquezas se deu à base da exploração impiedosa da mão de obra escrava. No Brasil, os colonizadores iniciaram escravizando os índios e depois passaram a traficar escravos africanos.

BRASIL RESISTE DESDE O INÍCIO

Desde muito cedo, as primeiras gerações nascidas no Brasil resistiram a essa aberração nascida na acumulação primitiva do capital, assim como à espoliação de suas riquezas pelos colonizadores.

Dentro do país se iniciou neste período uma luta encarniçada – que prossegue até hoje – entre aqueles que queriam se livrar do domínio estrangeiro – inicialmente colonial e depois imperialista – e os setores que queriam e se beneficiavam com a permanência do Brasil como uma colônia.

O regime de escravidão estava intimamente ligado ao colonialismo imposto pelos países dominantes da economia mundial.

Acabar com a escravidão negra africana estava associado à luta para se colocar um ponto final ao regime colonial, que era dominante no planeta naquele período. Antes de implantar a “escravidão assalariada”, a burguesia comercial se refestelou com a exploração da mão de obra efetivamente escrava em praticamente todas as suas colônias.

Inglaterra e Portugal, por exemplo, mesmo não conseguindo manter o regime de escravidão em seus próprios territórios, mantiveram a escravidão negra por muito tempo em suas colônias.

As vezes se pergunta como se permitiu que o regime escravista, que havia sido superado muito antes na Europa, substituído que foi pelo feudalismo, retorna tão violento para ser utilizado por este mesmo continente.

Leia na íntegra no site do HP: <https://horadopovo.com.br/quem-escravizou-e-esquartejou-a-africa-foram-os-colonialistas-e-o-imperialismo/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo - SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

Brasília (DF): OCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campão Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Fernando Siqueira, da Aepet, em voto na assembleia dos acionistas da Petrobrás:

“Petrobrás engorda o lucro de financista ao invés de investir”



Foto: Reprodução. Siqueira pela rejeição ao pagamento absurdo de dividendos pela estatal: “empresa deixa de cumprir seu objetivo social, de segurança nacional e do interesse coletivo”



Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil. Mercadante defende retomada mais intensa da política industrial, de fomento ao desenvolvimento

R\$ 250 bilhões do BNDES para reindustrializar o Brasil “é pouco”, afirma Aloizio Mercadante

Presidente do banco de fomento destacou que já foram aprovados mais de R\$ 100 bilhões para os projetos do Nova Indústria Brasil sob responsabilidade do BNDES

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, defendeu mais recursos para a reindustrialização do país, nesta quinta-feira (25).

Segundo Mercadante, o BNDES já liberou em financiamento à indústria “mais de R\$ 100 bilhões”

do R\$ 250 bilhões de responsabilidade do banco de fomento no pacote de R\$ 300 bilhões voltado à estratégica Nova Indústria Brasil, que foi lançado no início deste ano pelo governo Lula. A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) estão incumbidos com o restante do aporte financeiro à indústria.

“Nós estamos entregando o que nos comprometemos”, disse Mercadante. “Posso dizer, que nos dados de abril, nós já passamos de R\$ 100 bilhões, dos R\$ 250 bilhões que nós nos comprometemos. R\$ 250 bilhões é pouco. Repito, 250 bilhões hoje é pouco. O Brasil pode mais”, disse o presidente do BNDES, no “Fórum de Debate

para o Desenvolvimento e Financiamento à neoindustrialização”, realizado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE).

De acordo com o BNDES, até março deste ano, R\$ 96,9 bilhões foram liberados em financiamento para a indústria.

“O primeiro trimestre do ano teve um crescimento de 68% nas consultas e de 92% nas aprovações”, comentou Aloizio Mercadante.

De acordo com Mercadante, “os Estados Unidos têm desenvolvido uma política industrial baseada em protecionismo e concessão de subsídios não reembolsáveis. A União Europeia não é diferente e a exitosa e vigorosa trajetória econômica da China muito menos”, declarou em entrevista à Agência Gov.

Citando estudo do FMI de janeiro, no qual analisa mais de 2 mil medidas de política industrial adotadas em 2023 em países que respondem por 94% do PIB mundial. O estudo encontrou uma utilização cada vez maior de subsídios, barreiras, compras públicas. De acordo com

o FMI, é de 73% a probabilidade de EUA, China e União Europeia adotarem no prazo de um ano ainda mais subsídios.

“Essa ideia de Estado mínimo, desregulamentação, privatizações, como se isso fosse resolver todos os problemas do desenvolvimento, esses valores estão sendo substituídos por uma retomada muito intensa de política industrial, de política de fomento ao desenvolvimento”, declarou Mercadante sobre as medidas neoliberais impostas aos países em desenvolvimento pelo Consenso de Washington.

A abertura do evento na ABDE contou também com as presenças do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin; da presidente da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Sistema Nacional de Fomento para o Financiamento ao Desenvolvimento (FPSNF), deputada Luísa Canziani; além do presidente da ABDE e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Celso Pansera.

Insegurança alimentar atinge 64,2 milhões de pessoas no Brasil, diz IBGE

Em 2023, aproximadamente 64,2 milhões de pessoas no Brasil (27,6% dos lares brasileiros) encontravam-se com algum grau de insegurança alimentar, sendo que 20,6 milhões de brasileiros vivem em insegurança alimentar moderada ou grave, não sabem se vão conseguir colocar a quantidade de comida necessária e de qualidade na mesa para suas famílias.

Os números são da pesquisa Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

Contínua- Segurança Alimentar/2023, divulgada, nesta quinta-feira (25), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No ano passado, 56,7 milhões (72,4%) de domicílios no país estavam em segurança alimentar, ou com acesso permanente a alimentos, mas 21,6 milhões de famílias (27,6%) ainda tinham dificuldade de acesso à alimentação.

Ainda que o percentual de famílias com algum grau de insegurança alimentar tenha caído de 36,7% verificada na

POF – Pesquisa de Orçamento Familiares – 2017/2018 para 27,6% em 2023, os lares com dificuldade de acesso à comida ainda é maior do que em 2013, quando o índice atingiu 22,6%. Assim como o grau de segurança alimentar das famílias brasileiras está abaixo do verificado há uma década, quando em 2013 o nível máximo atingiu 77,4%, caindo para 63,3% em 2017/2018.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/inseguranca-alimentar-atinge-642-milhoes-de-brasileiros-diz-ibge/>

Para o engenheiro, a política da empresa prioriza a distribuição de dividendos em benefício de “financistas – hoje majoritários”, enquanto penaliza drasticamente o povo brasileiro sem lhe dar qualquer retorno”

O engenheiro Fernando Siqueira, ex-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), representando a entidade na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da empresa, realizada nesta quinta-feira (25), enviou ao HP a íntegra de seu voto no evento.

Siqueira, que hoje ocupa a vice-presidência da entidade, destaca que a empresa, que decide nesta assembleia se distribui mais dividendos, “deixa de cumprir seu objetivo social, de segurança nacional e do interesse coletivo”.

Logo no início de sua explanação, Siqueira, se manifesta pela rejeição das contas da empresa no ano de 2023, “em face do desempenho gerencial que contraria as finalidades da companhia em face da Constituição Federal, a qual estabelece que uma empresa estatal tem como imperativos o seu objetivo social, a segurança nacional e o interesse coletivo”.

O representante dos engenheiros aponta como exemplo do “comportamento execrável”, “o preço elevado dos combustíveis, mormente no caso do óleo diesel, que custa para ser produzido cerca de R\$ 1,00 por litro e é vendido na bomba por R\$ 5,85, sendo 55% destinados para a

Petrobras, ou seja, R\$ 3,21 vendido por ela, na refinaria. Isto representa um lucro superior a 200%, que engorda o cofre dos 67,25% dos acionistas privados, em sua maioria estrangeiros”.

“Outro grande efeito deletério”, acrescenta, Fernando Siqueira, “é contribuir para uma inflação imensa no país, com ênfase no preço dos alimentos, que chegam a aumentar 30% em 2022 e, nos últimos 12 meses, segundo levantamento da Asserj, Associação dos Supermercados do Rio de Janeiro, os produtos alimentícios básicos como arroz e feijão subiram em média 27% e, neste ano de 2024, já subiram o dobro da inflação. Ou seja, engorda os lucros dos acionistas – financistas – hoje majoritários, e penaliza drasticamente o povo brasileiro sem lhe dar qualquer retorno”.

“Outro ponto de suma gravidade é a distribuição elevada de dividendos em detrimento dos investimentos da Companhia”, denuncia Fernando Siqueira.

Confira abaixo o voto da Aepet na AGO, representada por Fernando Siqueira, atual vice-presidente da entidade, no site do HP: <https://horadopovo.com.br/petrobras-engorda-lucro-de-financistas-ao-inves-de-investir-na-empresa-denuncia-siqueira/>

Federação dos Petroleiros condena a distribuição de mega dividendos

A Federação Única dos Petroleiros (FUP), coordenada por Deyvid Bacelar, divulgou nota na quinta-feira (25) condenando “a política de distribuição de mega dividendos da Petrobras, com pagamento de ganhos extraordinários, implementada pelo gover-

no passado”.

“A Petrobras precisa rever as regras que o mercado financeiro impôs à empresa e que acarretam um desequilíbrio de poder na condução da companhia e nas necessidades de investimentos”, afirma a FUP.

Inep: pagar 50% de dividendos contraria os interesses do Brasil

O pagamento de dividendos aos acionistas da Petrobrás, da ordem de R\$ 94 bilhões, referentes ao exercício de 2023, sendo R\$ 22 bilhões em dividendos extraordinários,

é o terceiro maior valor da história da companhia, só perdendo para a mega distribuição feita no governo Bolsonaro, quando a média anual de dividendos pagos foi de R\$ 155,7 bilhões, segundo Mahatma Ramos dos Santos, diretor do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep). A “aprovação de 50% de dividendos pela Petrobrás contraria interesses da sociedade brasileira”, escreveu o Instituto em nota publicada, após o governo aprovar na assembleia de acionistas da Petrobrás, realizada na quinta-feira (25) a distribuição de metade dos dividendos extraordinários da petroleira.

“A decisão da Petrobrás e de seu acionista controlador, a União, de aprovarem a distribuição de 50% dos dividendos extraordinários de 2023 não está alinhada com os interesses de longo prazo da companhia e da sociedade brasileira, tais como novos investimentos em transição energética, abastecimento e segurança nacional”,

criticou Mahatma Ramos dos Santos, após a Assembleia Geral Ordinária (AGO), que decidiu pelo pagamento dos dividendos extraordinários.

A economista do Inep, Ticiania Alvares, em entrevista à TVGGN, também ressalta que a Petrobrás, que tem como principal acionista o governo federal e tem como sua principal função garantir o abastecimento e a segurança energética nacional, “precisa atender, em primeiro lugar, o interesse coletivo”.

“Precisa atender o abastecimento e segurança energética nacional, que não só é um tema importante para nossa economia, mas como para a geopolítica, para a própria segurança nacional propriamente dito”, lembrou a economista Ticiania, ao ressaltar que “houve um desvio dessa função nos últimos anos e que hoje “há uma disputa colocada dentro do governo” e “fora do governo” sobre os rumos da estatal.

“É mercado e Estado. Quer dizer, se a Petrobrás vai ser um instrumento do Estado brasileiro para desenvolver o Brasil ou vai ser um instrumento de curto prazo para remunerar os acionistas. Justamente e essa é a queda de braço que a gente está vendo”, afirmou Alvares.



Presidente quer apoio à pesquisa no Brasil Lula cobra publicamente de Fernando Haddad mais recursos para a Embrapa

O presidente Lula fez uma cobrança pública de seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante as comemorações dos 51 anos da Embrapa na quinta-feira (25), que revela bem como a insistência da equipe econômica em manter a meta de zerar o déficit fiscal primário – sem contar os juros – em 2024 atrapalha os objetivos do governo de promover a retomada do desenvolvimento brasileiro.

Mesmo em clima de festa, quando o presidente perguntou aos presentes ao galpão da Embrapa em Brasília, onde o ato foi realizado, se a instituição estava recebendo os recursos necessários para desenvolver suas pesquisas, o auditório respondeu unânime que não. Foi nesta hora que Lula fez a cobrança ao ministro Fernando Haddad e ao ministro da Agricultura, Carlos Fávaro.

“O Haddad veio aqui, falou bonito, mas não falou de dinheiro. Ai eu falei, ele tratou com o meu ministro da Agricultura, o Fávaro. O Fávaro é que vai falar de dinheiro. O Fávaro é quem falou, falou, falou, puxou o saco dos funcionários e também não falou de dinheiro. A única que falou de dinheiro foi a única que não assinou nenhum protocolo, que foi a companheira Luciana, ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação”, disse Lula.

Ele destacou que a Embrapa é uma instituição que é motivo de orgulho dos brasileiros na condição de um grande centro de excelência. No entanto, disse Lula “muitas vezes não consegue fazer uma pesquisa porque faltam trinta milhões, porque faltam quinze milhões, porque faltam dez milhões”. “Ou seja, é uma coisa tão absurda a gente imaginar que um centro de conhecimento como a Embrapa, deixa de fazer uma pesquisa porque falta um milhão, dois milhões, que eu diria que é irresponsabilidade de todo mundo”, observou o presidente.

Em seu discurso, Lula citou ainda como exemplo da atuação da Embrapa a transformação ocorrida no Cerrado nas últimas décadas. “Quem é mais velho sabe que há 40 anos, há 50 anos, ninguém dava um tostão furado por uma terra no Cerrado. ‘Essa terra não presta, as árvores nem crescem, as árvores ficam tortas.’ Até que veio a Embrapa, com pesquisa, e transformou o Cerrado brasileiro numa coisa extraordinária de produção agrícola, fazendo com que o Brasil chegasse ao topo da produção, com pouca gente no mundo capaz de competir com o Brasil”, recordou o presidente.

“Se a Embrapa é importante, cabe a nós, do governo, dar à Embrapa o tamanho que ela merece”, continuou Lula. O presidente assumiu o compromisso de continuar a investir na empresa para que ela possa continuar a crescer e ajudar o país nos desafios que terá pela frente nos próximos anos. Lula recebeu de presente uma muda de pequi sem espinhos da presidenta da Embrapa, Sílvia Massruhá.

A ministra Luciana Santos anunciou que sua pasta investirá mais de R\$ 21 milhões no âmbito do Fundo Nacional do Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia para a contratação de encomendas junto à Embrapa, em 2024 e 2025, no Programa de Segurança Alimentar para erradicação da fome e a inclusão socioproductiva com foco para o desenvolvimento de pesquisas e soluções tecnológicas para ampliar o acesso à água no semiárido brasileiro. “A Embrapa é um exemplo do que a nossa inteligência é capaz de fazer. Se hoje nosso país é referência em ciência e tecnologia para a agricultura e estamos entre os maiores produtores de alimentos do mundo muito se deve à Embrapa”, ressaltou a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Sílvia Massruhá, presidente da Embrapa, apresentou números que demonstram a capacidade de retorno e celebrou a retomada dos investimentos na empresa. “Nosso balanço social de 2023 mostra um lucro social de mais de R\$ 85 bilhões. Para cada R\$ 1 investido na Embrapa, retornam R\$ 21. Contribuímos indiretamente com mais de 66 mil empregos. Graças ao novo PAC, voltamos a ter recursos para investimento em pesquisa e infraestrutura.”

A presidente da Embrapa listou alguns dos objetivos do trabalho desenvolvido pela empresa. “Derrotar a fome, garantir a segurança alimentar no nosso país e no mundo, o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade para todos os cidadãos, a promoção da melhoria do bem-estar e de qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável, o enfrentamento dos efeitos da mudança do clima, a redução das desigualdades no campo, fazendo com que o conhecimento e a inovação tecnológica produzidos alcance o pequeno, o médio, o grande produtor rural” destacou.

Brasil reforça apoio à África do Sul contra o genocídio em Gaza



Ministra da África do Sul, Naledi Pandor, e o ministro Mauro Vieira, no Itamaraty “Estamos totalmente empenhados em resolver os problemas da Avibrás”, diz o general Paiva

O Comandante do Exército, general Tomás Paiva, afirmou, em audiência na Câmara dos Deputados, realizada na semana passada, que o Exército está trabalhando para tentar interromper a venda da Avibrás, empresa de alta tecnologia, fabricante de equipamentos militares. “Estamos totalmente empenhados na solução dos problemas da Avibrás”, disse o comandante.

“Estamos trabalhando e temos todo o interesse em resolver os problemas desta empresa porque ela é uma empresa estratégica de defesa e o Exército é o mais interessado em que isso se resolva da maneira mais rápida possível”, destacou o general, ao responder a uma pergunta sobre a notícia de que a empresa estaria em dificuldades financeiras e que estaria sendo vendida para um grupo australiano.

A empresa está em dificuldades financeiras e chegou a anunciar a sua venda a um grupo estrangeiro. A perda da Avibrás, uma empresa altamente especializada, é considerada extremamente prejudicial aos interesses da Defesa Nacional.

Ela é uma planta industrial que não está disponível comercialmente. Tem acesso restrito a tecnologias sensíveis na área de mísseis, incluindo propelentes e inerciais. Sua venda para uma empresa concorrente estrangeira está sendo apontada por especialistas como um episódio de autossabotagem contra o próprio Brasil.

Do ponto de vista geopolítico, a compra é considerada também uma grande jogada australiana. O país, influenciado pelos EUA, se defronta com um “entorno estraté-

gico” conturbado, como é a região da Ásia-Pacífico.

Com a aquisição, a empresa australiana acessa um míssil pronto (o mais relevante já desenvolvido pelo Brasil), inclusive com sistema inercial (o MTC, desenvolvido com recursos públicos brasileiros), que pode ser convertido numa versão para equipar seu submarino em desenvolvimento no âmbito do AUKUS (aliança militar formada por Austrália, EUA e Inglaterra).

O professor Eduardo Siqueira Brick, de Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança na Universidade Federal Fluminense (UFF), alertou para a necessidade de maior envolvimento do Estado nacional neste assunto. Citando algumas empresas que passaram por graves crises nos últimos anos, como os casos emblemáticos da MECTRON e da própria Avibrás, Eduardo Siqueira Brick reconhece que retomar o desenvolvimento de uma indústria que parou no tempo “é um processo de décadas”, que passa também pela modernização da infraestrutura que já existe.

“É necessário tomar uma decisão política, que virá necessariamente de Brasília”, argumentou. “Política de defesa não é atribuição das Forças Armadas, mas, sim, do Estado do Brasil. As Forças Armadas são instrumentos de defesa”, acrescentou o professor Eduardo Siqueira.

Os comandantes militares estiveram juntos e acompanhados pelo ministro de Defesa, José Múcio, na audiência com os deputados e responderam a vários outros temas. Questionado pelo deputado Eduardo Paquello sobre uma suposta redução de abastecimen-

to de água por parte da Força para regiões do Nordeste brasileiro, o comandante informou que não houve prejuízo algum a essas regiões porque a redução do abastecimento se deu devido a maior quantidade de chuvas e à queda da necessidade no abastecimento extra.

O comandante também rebateu às provocações do deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS), que insinuou que ele teria medo de Alexandre de Moraes. Em resposta, o general retrucou o parlamentar: “Nós comandantes, como qualquer um tem obrigação de obedecer decisões judiciais. Não há mal nenhum nisso”, disse.

“Temos vergonhas diferentes. A minha vergonha, por exemplo, é quando alguém não cumpre a ética militar. E eu estou aqui de cara lavada para falar para o senhor que, em sede de ética militar, eu nunca falei uma mentira para a minha tropa, para os meus soldados, para o meu pessoal. Tenho vergonha de, buscando popularidade, não cumprir a lei. Disto eu tenho vergonha: não cumprir uma decisão judicial”, acrescentou o comandante.

O Exército Brasileiro informou também que publicou regras para evitar o uso por militares das redes sociais com o intuito de propagar discursos de ódio fascista. Conforme as diretrizes divulgadas na última semana, comentários contendo mensagens que “incitem o ódio” serão “moderadas e/ou excluídas”, assim como aquelas que contêm “linguagem inapropriada”, “opiniões de cunho político ou ideológico” e até as que usem “informações e imagem de pessoas e instituições indevidamente”.

Cid revela que foi pessoalmente a uma loja nos EUA negociar joias de Bolsonaro

O ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, Mauro Cid, falou mais uma vez com a Polícia Federal, na sexta-feira (26), sobre as joias roubadas pelo ex-presidente e revelou que esteve pessoalmente em uma loja nos Estados Unidos para vender um relógio de R\$ 350 mil.

Além disso, Cid negociou por mensagens com potenciais compradores das joias, que foram dadas para Bolsonaro como presente de países estrangeiros.

Mauro Cid tem um acordo de colaboração premiada vigente e reafirmou que estava seguindo ordens de

Jair Bolsonaro. O novo depoimento, que durou cerca de duas horas, aconteceu por videoconferência.

Sua importância decorre do aprofundamento das investigações por parte da PF, que enviou agentes para os Estados Unidos com o objetivo de identificar os detalhes das operações de venda das joias.

Esse é considerado um dos últimos passos da investigação.

Por terem um alto valor, as joias não podiam ser levadas por Jair Bolsonaro ao final do mandato, mas deveriam ser integradas ao acervo da Presidência

da República.

Bolsonaro levou para os Estados Unidos diversos conjuntos de joias, relógios, colares e outros objetos com diamantes e ouro, no avião presidencial quando fugiu nas vésperas do fim de seu mandato.

Mauro Cid e seu pai, Mauro Lourença Cid, assim como outros assessores e aliados de Bolsonaro, foram inculcados de encontrar compradores para as peças de luxo.

O ex-ajudante de ordens está preso desde o final de março por descumprir medidas cautelares e por obstrução de Justiça.

“É nosso dever cobrar e erguer nossa voz contra o risco de genocídio”, disse o chanceler Mauro Vieira, em encontro com a ministra da África do Sul, Naledi Pandor, no Itamaraty

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, encontrou-se na terça-feira (23) com a chanceler da África do Sul, Naledi Pandor, e reforçou o apoio do Brasil à denúncia sul-africana de genocídio contra Israel.

“É nosso dever cobrar e erguer nossa voz contra o risco de genocídio”, disse Vieira no encontro que aconteceu no Palácio do Itamaraty.

O Brasil tem se esforçado na “busca por uma solução justa e duradoura para o conflito prolongado entre Israel e Palestina”, continuou.

“Apoiamos, em consonância com o nosso tradicional compromisso com o direito internacional, o processo instaurado na Corte Internacional de Justiça (CIJ), pela África do Sul, sobre a aplicação da convenção para a repressão e punição do crime de genocídio”, declarou Mauro Vieira.

Em janeiro, a CIJ decidiu continuar o processo contra Israel e que o país agisse para evitar atos genocidas. Israel argumenta que faz parte de seu “direito de defesa” matar 34 mil pessoas na Faixa de Gaza, dentre as quais cerca de 70% crianças e mulheres.

Vieira falou que o Brasil saúda “as medidas provisórias anunciadas pela corte que devem ser pronta e integralmente

Coaf aponta corte no orçamento e diz que “está difícil” o combate ao crime organizado

O chefe do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), Ricardo Liá, afirmou que os recursos destinados ao órgão atualmente são insuficientes para o cumprimento de suas obrigações no combate aos crimes financeiros. As informações são do site UOL. “Está difícil de a gente conseguir sobreviver, mas vamos fazer das tripas coração e tentar superar isso aí”, disse ele.

Segundo a direção do Coaf os recursos para este ano são de R\$ 17,6 milhões. Quase 30% a menos do que dispunha no ano passado para despesas discricionárias (não vinculadas a gastos obrigatórios, como folha de pagamento). As informações foram dadas para uma plateia de especialistas em lavagem de dinheiro num evento realizado neste mês na Faculdade de Direito da USP, no centro de São Paulo.

Em nota, o órgão disse que “trabalha no limite”. “O Coaf, como qualquer instituição do poder público, realiza seus tra-

Celso Amorim condena uso de algoritmos por Netanyahu para intensificar morticínio em Gaza

O assessor especial da presidência do governo Lula, Celso Amorim, criticou na quarta-feira (24), em São Petersburgo (antiga Leningrado), na Rússia, o uso da Inteligência Artificial para ampliar o morticínio que está sendo praticado pelas tropas de Netanyahu contra a população civil de Gaza. “O potencial mortífero do uso indevido da IA é enorme. É alarmante que, segundo relatos fidedignos, mortes de civis em Gaza estejam sendo decididas por algoritmos”, disse Amorim.

“A inteligência artificial cria novas oportunidades e ameaças. O Brasil favorece a cooperação internacional ampla que promova a paz, o desenvolvimento sustentável e a luta contra a pobreza e a desigualdade”, acrescentou o ex-chanceler brasileiro. O embaixador brasileiro participa de uma conferência internacional sobre segurança promovida pelo Kremlin e fez uma alusão ao papel da cidade russa na “resistência” durante a Segunda Guerra Mundial.

Ele ainda destacou que, para o Brasil, o direito internacional “também se aplica ao ciberespaço e deve ser respeitado por todos”. “Isso é especialmente verdadeiro no que diz respeito às questões humanitárias e aos direitos humanos”, insistiu. Amorim não descarta novas negociações com o objetivo de complementar as regras existentes, capazes de levar a novos instrumentos multilaterais.

Segundo o site UOL, especialistas da ONU também alertam para o uso de inteligência artificial nas ofensivas militares de Israel na

“cumpridas”.

A chanceler sul-africana Naledi Pandor denunciou que “os recentes acontecimentos em Gaza e a ocupação dos territórios palestinos são uma terrível mancha para a história da humanidade”.

“Não pode ser que nós, como seres humanos, assistamos ao genocídio em curso em uma parte do mundo e que essas pessoas não tenham apoio para se defender”, acrescentou.

Naledi Pandor disse apreciar a “postura progressiva do Brasil e da África do Sul e acredito que devemos intensificar nossos esforços para garantir que levaremos a paz para o Oriente Médio” e citou a “liderança” do presidente Lula no apoio à Palestina.

Após invadir e barbarizar o Complexo Médico Nasser, em Khan Younis, que fica na região sul da Faixa de Gaza, Israel deixou para trás três valas comuns onde jogou os corpos de mais de 300 palestinos com as mãos amarradas.

De acordo com o Al Jazeera, os corpos eram de crianças, mulheres, médicos e pacientes do hospital.

A porta-voz do escritório de direitos humanos da ONU, Ravina Shamdasani, disse que parte dos corpos foram encontrados “com as mãos amarradas e sem roupas”.

balhos no limite dos recursos, inclusive orçamentários, de que dispõe para tanto”, informou o órgão. “Não há notícias de cortes ou diminuição no montante previsto para a execução de despesas obrigatórias, dentre as quais estão aquelas relativas à folha de pagamentos de pessoal”, destacou a nota.

As atividades do Coaf são consideradas muito importantes numa realidade em que o crime organizado se especializa e vem se infiltrando cada vez mais em todas as atividades reguladas pelo Estado. Recentemente, em São Paulo, a polícia descobriu que o grupo criminoso PCC (Primeiro Comando da Capital) participava até de licitações públicas, através de empresas de laranjas e obtinha serviços da prefeitura na área de transporte público. No Rio o crime organizado está mais intensamente infiltrado na estrutura do Estado. Isso ficou claro no episódio do assassinato da vereadora Marielle Franco.

Faixa de Gaza, o que estaria levando a um “impacto sem precedentes sobre a população civil, moradias, serviços vitais e infraestrutura”. “Seis meses após o início da atual ofensiva militar, mais moradias e infraestrutura civil já foram destruídas em Gaza como porcentagem, em comparação com qualquer conflito de que se tem memória”, disseram.

“Se for comprovado que isso é verdade, as revelações chocantes do uso de sistemas de IA pelos militares israelenses, como Gosh, Lavender e Where’s Daddy?, combinadas com a redução da diligência humana para evitar ou minimizar as baixas civis e a infraestrutura, contribuem para explicar a extensão do número de mortos e a destruição de casas em Gaza”, afirmaram os especialistas da ONU.

Segundo eles, mais de 15 mil mortes ocorreram durante as primeiras seis semanas após 7 de outubro, quando os sistemas de IA parecem ter sido amplamente utilizados para a seleção de alvos. “Estamos especialmente preocupados com o suposto uso de IA para atingir ‘casas de família’ de supostos agentes do Hamas, geralmente à noite, quando eles dormem, com munições não guiadas conhecidas como bombas ‘burras’, com pouca consideração pelos civis que possam estar dentro ou ao redor da casa”, denunciaram.

Amorim esteve com o chanceler russo, Sergey Lavrov, em Moscou. No encontro foi discutida a situação internacional e a crise na Ucrânia.

Justiça interrompe tramitação do PL de privatização da Sabesp na Câmara

Juíza exigiu que seja apresentado um estudo de impacto orçamentário e a realização de audiências públicas para ouvir a população da capital paulista

O movimento contra a privatização da Sabesp obteve uma importante vitória nesta quarta-feira (24). A juíza Celina Kiyomi Toyoshima, da 4ª Vara de Fazenda Pública da Justiça de São Paulo, determinou nesta data que a Câmara Municipal de São Paulo só faça a segunda votação do projeto de lei de privatização da estatal após a realização de todas as audiências públicas, além de outras, caso se julgue necessário. Até o momento, seis audiências públicas foram realizadas e há outras três previstas.

Na decisão, a magistrada também pede que seja dado amplo acesso ao projeto substitutivo e a estudo de impacto orçamentário, reivindicado pelos vereadores que se opõem à privatização. Os parlamentares têm cobrado um levantamento específico dos efeitos da privatização da Sabesp sobre o município, ainda não realizado.

“A juíza Celina Kiyomi Toyoshima, do TJSP, determinou ao presidente da Câmara Municipal de SP, Milton Leite, que só encaminhe a segunda votação do projeto de privatização da Sabesp “após a realização de todas as audiências públicas já agendadas e de outras, se forem necessárias”, postou no X, ex-Twitter, o deputado estadual Simão Pedro (PT-SP), um dos parlamentares que votou contra o PL da privatização da Sabesp na Assembleia Legislativa de São Paulo em dezembro do ano passado.

“Antes da votação em segundo turno, a Câmara Municipal vai ter que atender a essa exigência da Justiça, que quer escutar o povo. As setes audiências públicas têm que ocorrer. É uma vitória importante porque o povo tem que ser ouvido nesse processo tão importante que é a privatização da Sabesp”, comemorou o vereador Hélio Rodrigues (PT), um dos proponentes da liminar concedida pela Justiça Paulista.

Em reunião de líderes em 11 de abril, o presidente da Câmara, Milton Leite (União Brasil), admitiu que a Comissão de Finanças da Casa não tem subsídios para

avaliar se a cidade de SP vai se beneficiar ou não de uma eventual venda da Sabesp. Ele solicitou que a Prefeitura contratasse uma empresa independente para realizar um estudo para avaliar o impacto e para o município no modelo de privatização proposto por Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP).

No entanto, o vereador Hélio Rodrigues produziu recentemente um dossiê com a participação de diversos especialistas em recursos hídricos que mostram os prejuízos que uma eventual gestão privada da Sabesp vai ocasionar à capital paulista. “No atual contrato com a Sabesp existe a obrigação de amortização total dos investimentos no vencimento do contrato, ou seja, em 2040”, explica Hélio.

“O que o prefeito e o governador querem é desobrigar a empresa privada que comprar a maioria das ações da Sabesp. Com isso o município de São Paulo vai ficar com uma dívida bilionária e ele ficará preso ao contrato por muitos anos até pagar essa dívida de amortizar os investimentos”, alerta o parlamentar.

Na abertura da sessão desta quarta (24), Leite disse segue “com tranquilidade”, pois não foi determinada a interrupção do processo, e disse que o estudo será apresentado antes da segunda votação.

A ação deferida pela Justiça foi protocolada pela presidente estadual do PSOL, Débora Lima, e as bancadas do PT e PSOL na Câmara Municipal.

Na quarta-feira (17), os vereadores aprovaram em primeira votação um projeto de lei enviado pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB) que dá aval para o que o governo estadual avance com a privatização da Sabesp.

“Vitória! Não vai ter privatização da Sabesp a toque de caixa. A Justiça determinou que Câmara de SP só faça 2ª votação depois da realização de todas as audiências públicas. Ação pra impedir este absurdo foi protocolada pelas bancadas do PSOL e PT. Água de direito e não mercadorias!”, comemorou a Bancada Feminista do PSOL na Câmara.

Privatização da ligação de trem São Paulo-Campinas realizada por Tarcísio também é suspensa

A Justiça de São Paulo suspendeu, na noite de terça-feira (23), a assinatura do contrato de concessão do Trem Intercidades, que prevê ligar São Paulo a Campinas (SP) a partir de 2031. A decisão atende a um pedido do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo (STEFSP). O governo estadual afirmou, em nota, que vai recorrer.

A entidade questionou o leilão, realizado no dia 29 de fevereiro, e pediu a suspensão para que o mérito da ação fosse analisado antes da assinatura do contrato. O consórcio C2 Mobilidade Sob Trilhos, formado pelo grupo brasileiro Comporte e pelos chineses da CRRC, foi o único participante do leilão e ganhou a concessão para explorar o Trem Intercidades por 30 anos.

Um dos advogados do sindicato, Gabriel Oliveira Sampaio, afirmou em entrevista ao portal g1 na manhã desta quarta-feira (24) que o principal motivo do pedido de suspensão é que o governo estadual convocou o consórcio para a assinatura do contrato e, caso o documento fosse assinado, o acordo seria concretizado e os questionamentos da entidade em relação ao leilão perderiam o sentido.

O sindicato entrou com a ação judicial para questionar o leilão por conta do consórcio C2 ter sido o único consórcio no pleito, o que, segundo a entidade, “frustra o caráter competitivo da licitação”. “O mandado de segurança escancara 13 principais ilegalidades e irregularidades constantes do Edital e da condução da Licitação em si pelo governo do estado”, disse Sampaio.

Na decisão, a juíza Simone Gomes Rodrigues Casoretti, da 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, entende que o mandado de segurança “perderia o objeto” caso o contrato fosse assinado.

“Assim, para evitar a ineficácia da medida, pois com a assinatura do mandado de segurança perde o objeto, determino a suspensão da assinatura do contrato até que as informações sejam prestadas e o mérito possa ser analisado”, diz a magistrada no texto da decisão.

A Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) informou que a “decisão foi proferida ainda dentro do prazo para manifestação do governo do estado, sem análise do contraditório” e, por isso, vai recorrer.

A suspensão também inclui a concessão da Linha 7 – Rubi, entre São Paulo e Jundiaí.

A obra do Trem Intercidades vai custar R\$ 14,2 bilhões. O governo do estado vai pagar R\$ 8,9 bilhões, sendo R\$ 6,4 bilhões com dinheiro do BNDES, que faz parte do programa de aceleração do crescimento. Para garantir a operação, o estado pagaria no máximo R\$ 8 bilhões ao longo do contrato. O consórcio que ganhou aceitou receber R\$ 7,2 bilhões.

A decisão sobre a implantação de um trem entre Campinas e São Paulo já dura pelo menos 20 anos. As viagens serão de 1 hora e 4 minutos, com trens de velocidade máxima de até 140 km/h e tarifa a R\$ 64.

A proposta é que as viagens do serviço expresso tenham intervalos de 15 minutos nos horários de pico.

O estado prevê que o serviço expresso (SP e Campinas em 64 minutos) seja atendido por um trem com capacidade para 860 passageiros sentados, operando em intervalos de até 15 minutos nos horários de pico. A expectativa do projeto é atender até 60 mil passageiros por dia em todos os serviços.

As ligações previstas são:

- Serviço Expresso (Trem Intercidades): São Paulo a Campinas, com parada em Jundiaí;
- Serviço Linha 7 Inicial e o Serviço Linha 7-Rubi: conectam a Estação Barra Funda, em São Paulo, a Jundiaí, e atende às cidades de Franco da Rocha, Francisco Morato, Campo Limpo Paulista e Várzea Paulista;
- Serviço TIM (Trem Intermunicipal): vai de Jundiaí a Campinas, e atende também Louveira, Vinhedo e Valinhos.



Decisão judicial determina realização de assembleias para ouvir a população

Tarcísio ataca autonomia e tenta desmontar estrutura da TV Cultura

Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo (Republicanos), o mesmo que durante as eleições de 2022 não sabia nem sequer o seu local de votação, em menos de dois anos de mandato vem promovendo um severo ataque ao patrimônio do Estado.

Depois de aprovar a autorização para privatizar a Sabesp no final de 2023, privatizar a Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), e de manter ou contratar empresas terceirizadas para prestar serviços (ineficientes) à CPTM e ao Metrô, entre outros, ele segue firme no propósito.

Com o apoio de sua base na Assembleia Legislativa de SP (Alesp), a investida agora é contra a Fundação Padre Anchieta (FPA), mantenedora da TV Cultura. As vésperas de completar 55 anos, a emissora pode ser alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Alesp.

O vice-líder do governo, deputado Guto Zaccarias (União), ligado ao MBL (Movimento Brasil Livre) conseguiu reunir 35 mais do que as 32 necessárias para instalar uma CPI para contra FPA. O pretexto é investigar a eleição de seis nomes para o conselho curador da entidade realizada em fevereiro. O requerimento ainda não foi protocolado porque o deputado quer o apoio de mais colegas. A Fundação diz que todas as normas da eleição foram respeitadas.

“Não há nada para se investigar, é tudo super claro. Se alguém quer saber o que acontece, fala com a gente, fala com os trabalhadores, não tem nada a ser escondido ali. A história da CPI é pra ficar fazendo denúncias de internet, de rede social, discursos de cunho desonesto e de ódio”, afirma o vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) Paulo Zocchi.

Outro achaque contra a emissora pública, sob a desculpa de reduzir gastos e aumentar a sua eficiência, foi o anúncio por parte do governador de promover uma “reestruturação” no quadro da emissora. Para isso, uma das medidas do pupilo de Bolsonaro foi cortar as verbas de manutenção da Fundação – recursos destinados a pagamento de salários, reformas, manutenção e lançamento de programas. Em março houve o bloqueio de R\$ 35 milhões para a entidade, que teve que buscar projetos para terceiros.



Em março houve o bloqueio de R\$ 35 milhões da Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV

“É um movimento que a gente já leva há vários anos, que é de defesa da TV Cultura. Sucessivos governos vieram, na verdade, esvaziando a TV Cultura, tirando verbas, congelando salários, então os salários passaram a ficar quase que totalmente congelados desde 2013”, continua o sindicalista.

“Até então eles estendiam a convenção coletiva das empresas de rádio e televisão (aos funcionários da FPA). A partir de 2013 eles deixaram de estender a convenção e pararam de reajustar os salários”, explica Zocchi, que também integra a Diretoria do Sindicato dos Jornalistas de SP.

“A gente conseguiu pequeníssimos reajustes com muita luta ao longo desses anos, os sindicatos da base então juntos (Jornalistas, Radialistas e Artistas) exigindo um acordo coletivo de trabalho, que reajuste salários, que estabeleça garantias e direitos que os trabalhadores merecem”, defende o dirigente sindical.

DESMONTE

A desculpa de reduzir o quadro de pessoal também não se justifica. Até porque, sem realizar concursos há anos, a TV Cultura tem adotado a terceirização para preencher o seu quadro, um meio “para tapar buracos”, denuncia o representante dos jornalistas. O achatamento dos salários tem feito com que bons profissionais migrem para outras empresas em busca de valorização do seu ofício.

“O nó dessa relação é que, embora a TV Cultura seja uma emissora pública, ela é gerida por um conselho que tem autonomia em relação ao governo”, publicou a coluna “Ilustrada” da F. de São Paulo no último dia 13.

Na realidade, a intenção do governador do Republicanos é atacar a autonomia da TV, à liberdade de expressão e à pluralidade de ideias para o qual a emissora vem contribuindo há mais de cinco décadas, resistindo aos sucessivos

governos tucanos para preservar a sua independência e pluralismo. Com a chegada do governador bolsonarista ao Palácio dos Bandeirantes, a situação piorou.

“Tarcísio Freitas não pode tolerar – esses caras que vivem falando em liberdade de expressão – não pode tolerar uma TV pública, uma TV cujo (Departamento de Jornalismo faz jornalismo”, eventualmente não é uma coisa de agrado dos governantes, mas isso é parte da parte do que significa ter uma TV pública. Ele (Tarcísio) não pode tolerar isso. Ele é um inimigo da liberdade de expressão”, afirma Paulo Zocchi.

A autonomia da emissora pública ora questionada por Tarcísio é garantida por um decreto assinado em 1967, o governador Abreu Sodré assinou o decreto de criação e aprovação do estatuto da Fundação Padre Anchieta.

O objetivo era de operar emissoras de rádio e televisão educativas. O texto previa autonomia para a Fundação, uma entidade de direito privado, que deveria ser gerida por um conselho curador com representantes do governo e da sociedade civil. Em 15 de junho de 1969, a TV Cultura de São Paulo iniciou suas operações e passou a ser mantida por repasses do governo do estado e por receitas próprias da fundação. É esse formato que o governador tenta destruir.

A luta em defesa da Cultura recebeu o apoio nesta quinta-feira (25/04), da Associação Paulista de Cineastas (APACI). “Mais de 50 anos de história, cultura e compromisso! A TV Cultura de São Paulo continua sendo uma referência nacional, promovendo educação, cidadania e valores democráticos. É hora de reafirmar nosso apoio a uma televisão pública de qualidade e independente”, publicou a APACI no Instagram.

JOSI SOUSA



Albergue mantém contrato com a Prefeitura de Porto Alegre

Vereadora propõe CPI para apurar responsabilidade da Prefeitura de Porto Alegre no incêndio que matou dez

Na madrugada desta sexta-feira (26), um incêndio atingiu uma pousada na região central de Porto Alegre e matou 10 pessoas e deixou outras oito feridas. A décima vítima foi localizada no terceiro andar do prédio em varredura do Corpo de Bombeiros durante a manhã. Ainda há desaparecidos.

O local recebia pessoas em situação de vulnerabilidade social, segundo a Prefeitura de Porto Alegre. Estavam no espaço, que é privado, 30 pessoas, sendo que as estadias de 16 delas eram mantidas com dinheiro público.

A pousada fica na Avenida Farrapos, entre as ruas Garibaldi e Barros Cassal, no sentido Centro-bairro. Os bombeiros foram ao local para combater o incêndio por volta das 2h. O fogo foi controlado por volta das 5h. No primeiro andar do prédio, foram encontradas duas vítimas. No segundo, cinco. Já no terceiro, outras três.

Oito pessoas foram resgatadas. Todas precisaram de atendimento médico e foram levadas pelos bombeiros e SAMU para hospitais.

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), seis estão no Hospital de Pronto-Socorro: o estado de saúde de quatro delas é grave, sendo que duas delas estão entubadas, uma passa por cirurgia e outra recebe atendimento por ter inalado fumaça. Já no Hospital Cristo Redentor, estão dois pacientes: uma está com 20% do corpo queimado e outra machucou o tornozelo.

CONTRATO IRREGULAR

Investigações preliminares mostraram que o local não tinha alvará válido. Além disso, o local não contava com Plano de Proteção e Combate a Incêndio (PPCI), o que é obrigatório para o funcionamento. Acontece que, para a prefeitura de Porto Alegre, administrada por Sebastião Melo (MDB), o estabelecimento estava em situação regular.

O local, conhecido como Pousada Garoa, servia de abrigo para pessoas em situação de vulnerabilidade. O contrato entre a prefeitura e a administradora da pousada é de R\$ 225,4 milhões de reais, segundo a íntegra do documento divulgado pelo portal Sul21.

Segundo a publicação, um aditivo no contrato, feito no ano passado, previa que a pousada deveria continuar prestando os serviços até dezembro de 2024. Logo após o acidente, o prefeito da capital gaúcha não soube explicar a razão pela qual o local estava funcionando sem alvará e sem o plano de proteção e combate a incêndios.

“Na licitação, me parece que apresentaram documentos. Quero ver se tinha, se as vagas eram para esse local. Entre o papel e a realidade, há uma diferença”, desviou Melo, em coletiva de imprensa realizada nesta manhã. Ele completou dizendo que “o gestor faz o que a lei permite”.

CPI

A vereadora Biga Pereira (PCdoB), entrou com um pedido para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o contrato com as irregularidades e a relação da pousada com a prefeitura.

“Após o incêndio ocorrido na unidade da Pousada Garoa localizada na Av. Farrapos, entre as ruas Garibaldi e Dr. Barros Cassal – nesta sexta-feira (26) – que resultou na morte de dez pessoas e no ferimento de outras onze e o recebimento da informação de que a Prefeitura de Porto Alegre mantinha um convênio para o acolhimento de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social, mesmo diante da ausência de PPCI e alvará de funcionamento, a Vereadora Biga Pereira protocolou o pedido de abertura de uma CPI para analisar e apurar possíveis irregularidades nos contratos e políticas de assistência desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), órgãos do Município de Porto Alegre. Não é a primeira vez que uma Pousada pertencente a esta rede pega fogo, em Novembro de 2022, outra unidade, localizada no centro, incendiou, deixando uma pessoa morta e onze feridos”, diz a nota emitida pela assessoria da vereadora.

DENÚNCIAS

Representantes da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (DPE-RS) que estiveram no local afirmaram que já havia denúncias de irregularidades habitacionais no estabelecimento. O órgão afirmou que dará prioridade na abertura de um procedimento para apurar situações individuais e coletivas da tragédia.

“Vamos apurar eventual responsabilidade do poder público e também do particular”, afirmou o defensor público Rodolfo Lorea Malhão, assessor do Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado. Ele acrescentou, contudo, que ainda é muito cedo para imputar responsabilidades. As denúncias anteriores haviam sido apresentadas por movimentos sociais, conforme a dirigente do Núcleo de Defesa em Direitos Humanos em exercício, Alessandra Quines Cruz, cujo setor ficará responsável pelo novo processo.

Servidores da Educação rejeitam reajuste zero e intensificam greve

Em todo o país, docentes de 29 instituições federais de ensino superior estão paralisadas

Os sindicatos de professores e técnicos das universidades federais recusaram as propostas do governo e ampliarão a greve nas próximas semanas. A rodada de assembleias aconteceu entre 22 e 25 de abril e debateu os pontos apresentados pelo Ministério da Inovação e da Gestão em Serviços Públicos (MGI). O governo manteve a proposta de reajuste zero em 2024 e tenta negociar com os profissionais um aumento salarial de 9% em janeiro de 2025 e outro de 3,5% em maio de 2026.

“As propostas lançadas pelo governo foram largamente rejeitadas razão de que não há nenhuma perspectiva de estejamos no Orçamento de 2024 e porque as propostas de recomposição para os próximos anos estão muito aquém da expectativa que a categoria pleiteia, que é de 22,71% na recomposição das nossas perdas remuneratórias”, disse o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Gustavo Seferian.

A greve se intensificou e a partir da próxima segunda-feira (29), a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) vão aderir à paralisação.

Ao todo, 29 instituições federais de ensino superior estão paradas. São 23 universidades, 5 institutos federais e 1 centro tecnológico. O movimento começou em 15 de abril. Além disso, mais 550 IFs, do ensino básico, também paralisaram.

As associações sindicais também solicitaram uma reunião emergencial com os ministérios do Planejamento e Orçamento, da Fazenda e da Educação. Querem apresentar uma contraproposta até 3 de maio.

“A proposta foi tão ofensiva às nossas expectativas

que ocorreu um crescimento da greve, vários campi que não tinham aderido agora aderiram”, disse David Lobão, presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), que também é professor de matemática do Instituto Federal da Paraíba (IFPB).

A Andifes, associação que reúne os reitores das universidades federais afirmou que 22 instituições estão em greve no momento. Outras 12 estão com indicativo para paralisação aprovado e 16 já decidiram que não vão aderir. Em 17 universidades, ainda haverá assembleia para decidir sobre o movimento, afirma o grupo.

A greve teve início em 2 de abril por parte dos professores, mas ganhou força em 15 de abril. A categoria técnico-administrativa começou a paralisação no mês passado, em 18 de março.

“A educação é dita nos discursos do governo como algo que é prioridade, mas colocam muitas dificuldades para atender nossas reivindicações”, afirmou Lobão.

“O zero para 2024 segue sendo um acinte à categoria, ainda que tenhamos percebido que a mobilização grevista em uma crescente massa tenha feito o governo se movimentar em sua inflexibilidade na lida com o orçamento, abocanhado pelo rentismo”, disse Gustavo Seferian, que também é professor da UFMG.

Os servidores defendem também a recomposição de investimentos às universidades, institutos federais e Cefets, “tomando por parâmetro os investimentos de verbas de uso discricionário de 2016, com as devidas correções inflacionárias, garantindo investimentos em estrutura, permanência estudantil, bolsas de pesquisa e extensão e outras condições indispensáveis à qualidade do trabalho”.

Estudantes condenam “política de déficit zero” e apoiam greve

As entidades estudantis divulgaram nota em apoio à greve dos profissionais da educação pública federal, iniciada no último mês, em defesa do reajuste salarial e valorização da carreira. O manifesto, assinado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e Associação Nacional dos Pós Graduandos (ANPG), defende a necessidade de abandonar o arcabouço fiscal de Haddad e a garantia de investimentos públicos em educação, após o processo de sucateamento nos últimos governos.

As entidades destacam que os servidores da educação são maioria dentre os servidores federais, somando 224 mil trabalhadores, e que a categoria acumula uma defasagem salarial de cerca de 25%, arrocho que se arrasta desde o governo Temer.

“É imperativo que o Ministério da Educação apresente à sociedade um projeto que posicione as universidades brasileiras no centro do projeto de reconstrução nacional, com financiamento que esteja de acordo com o tamanho da sua responsabilidade com a formação daquelas e daqueles que são e serão os braços de um país do tamanho da sua capacidade”.

“É nesse sentido que nos colocamos contra a centralidade da política de Déficit Zero e do Arcabouço Fiscal, e entendemos que investimento público para



1º de Maio: “Barrar a ação predatória da especulação e alavancar nosso desenvolvimento”, defende Adilson

O presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Adilson Araújo, em entrevista ao HP, declarou que esse ano, nas manifestações do 1º de Maio, os trabalhadores vão às ruas pela paz, pela democracia e contra a fome. Para Adilson, “testemunhamos ao vivo cenas de genocídio do povo da Palestina, fruto podre da decadência imperialista”. Para o sindicalista, “é preciso paralisar a fúria macabra contra o progresso inexorável das nações que não seguem mais sua cartilha”. Confira a entrevista a seguir:

HP - Em que o 1º de Maio de 2024 é especial?

Adilson - Esse 1º de Maio é muito especial. Os heróis operários de Chicago, há 136 anos, quando o capitalismo ainda trazia algum progresso, deram a vida contra um, então, novo tipo de escravidão, a jornada de 14, 16 horas de trabalho.

Hoje, a classe trabalhadora se defronta com novos e dramáticos desafios. O redesenho geopolítico do mundo, mostra um imperialismo em crise, decadente, acuado, tentando parar a roda da história. Assistimos, ao vivo, em tempo real, a cenas de genocídio na Palestina, mães desesperadas carregando no colo seus filhos mortos, bombardeio a hospitais, milhões de seres humanos confinados e condenados a morrerem de fome e sede, valas comuns com cadáveres de mãos amarradas. Em outro plano, multidões de migrantes tentando se livrar da fome e da miséria absoluta morrendo afogados no mediterrâneo.

HP - O que fazer?

Adilson - É preciso cultivar no povo a ambição por um projeto nacional de desenvolvimento, assentado na reindustrialização do país. Esse é o caminho que confere governabilidade ao presidente Lula. É preciso defender o Brasil dos efeitos dessa crise, ou seja, da ação predatória da especulação e dos monopólios. Estamos diante de uma crise global do capitalismo, que pavimentou esse retrocesso, o rompimento com a democracia, a dissolução da legislação trabalhista, dos direitos alcançados pela Constituição, pela CLT, o archo nas aposentadorias, a terceirização generalizada. É preciso ampliar o coro das nações, ganhar as ruas pela paz, pela democracia, pela autodeterminação dos povos, por um mundo mais humano. É preciso paralisar a fúria macabra contra o progresso inexorável das nações que não seguem mais sua cartilha.

HP - O empresariado não é neoliberal?

Adilson - Acho que esse é o 1º de Maio para elevar o nível de consciência do nosso povo. Construiremos uma Frente Ampla por esse programa. Que voltemos a crescer a ritmo Chinês, como fizemos em 2010. É necessário transformar o Brasil num país competitivo, capaz de desenvolver plenamente nossas forças produtivas e edificar uma indústria tecnologicamente avançada no refino do petróleo, na construção de navios, no complexo econômico da saúde. Para tanto, são necessários recursos. Reduzir as taxas de juros da dívida pública, conviver com um certo déficit, emitir moeda etc.

HP - A palavra de ordem “por um Brasil mais justo” não é muito genérica?

Adilson - Por um Brasil mais justo simboliza uma resposta ao negacionismo, àqueles que defendem uma agenda totalmente subordinada ao capital externo, à banca rentista, ao agronegócio voltado para exportação. O Brasil mais justo é uma consigna que interessa ao povo. Para que, em torno dessas ideias, a gente possa construir um grande pacto entre a produção e o trabalho para alavancar nossa economia, gerar emprego de qualidade e melhorar as condições de vida do povo.

HP - O servidor federal vai ter reajuste esse ano?

Adilson - Outro capítulo, não menos importante, é a universalização do serviço e valorização servidor público. Se fôssemos dedicar esse 1º de Maio a algum setor, deveríamos dedicá-lo ao servidor público. É o centro da perseguição da ideologia neoliberal. Apesar de as injustiças, é sem dúvida, o mais comprometido em servir o povo, principalmente aos mais carentes.

HP - Mais alguma questão?

Adilson - Por último, é um 1º de Maio contra o emprego informal, sem direitos. Hoje, metade da mão de obra economicamente ativa está na informalidade, sem direitos, sem lei, sem previdência.

Dentre eles os trabalhadores em plataformas são o retrato do retrocesso nas relações do trabalho. O trabalho análogo ao escravo. É preciso romper com essa lógica desumana. Os trabalhadores de Chicago morreram por oito horas. Não tem sentido trabalhadores, em pleno século 21, sendo obrigados a trabalhar 12, 14 e 16 horas para sobreviver, sem horário para comer. Então, nós temos que abominar esse tipo de trabalho mecânico, que leva o trabalhador à exaustão e à fadiga, que cria uma ilusão liberal que esse trabalhador é um empreendedor.

Gostaria de lembrar ainda, que devemos fazer um esforço para que a gente possa somar no sentido de garantir a aplicabilidade das leis aprovadas pelo presidente Lula de isonomia salarial entre homens e mulheres. Essa é uma batalha que nós temos que ecoar por todos os cantos do país.

CARLOS PEREIRA



Assimbleia dos professores da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

“PL dos aplicativos retira proteção constitucional dos trabalhadores”, afirma procuradora do MPT

Publicamos, a seguir, artigo da procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT), Rosângela Rodrigues Lacerda, sobre o Projeto de Lei Complementar apresentado pelo Executivo que trata da regulamentação do trabalho por aplicativos. O artigo foi publicado originalmente no portal Consultor Jurídico.

Inconstitucionalidade do PL dos trabalhadores por aplicativos de transporte

ROSANGELA RODRIGUES LACERDA

Após anos de debate acerca do tipo de trabalho prestado em favor das plataformas e aplicativos, acompanhada da clara atuação do STF a fim de retirar a competência material da Justiça do Trabalho para analisar a lide daí decorrente e de uma vasta literatura nacional e internacional sobre a temática, eis que surge no cenário legislativo o projeto de lei complementar que almeja dispor sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas, deixando do lado de fora da legislação uma possível previsão legal para todas as pessoas que se valem de bicicletas e motocicletas para trabalhar.

Logo no artigo 1º da referida proposta, lê-se que o trabalho prestado pelo(a) trabalhador(a) em favor das empresas operadoras de aplicativos de transporte será apenas intermediado por esta e o verbo não foi aplicado, nesse caso, sem um objetivo liberalizante e desregulamentador claro, pois a linguagem empregada ao longo de toda a proposta deixa isso bastante evidente.

Nesse mesmo sentido é a redação proposta no artigo 2º, quando estabelece que para os fins da Lei Complementar, considera-se empresa operadora de aplicativo de transporte remunerado privado individual de passageiros a pessoa jurídica que administra aplicativo ou outra plataforma de comunicação em rede e oferece seus serviços de intermediação de viagens a usuários e a trabalhadores previamente cadastrados.

Todavia, é na redação do

artigo 3º que o projeto de Lei Complementar deixa bem evidente que o(a) trabalhador(a) que presta serviços em favor das empresas de aplicativos, deve ser, em regra, tratado(a) como autônomo(a), para fins trabalhistas, desde que trabalho com plena liberdade para decidir sobre dias, horários e períodos em que se conectará ao aplicativo.

Para tanto, a pessoa que trabalha deverá prestar os seus serviços sem exclusividade, como se tal pressuposto fosse requisito para a configuração da relação de emprego. Não é e a CLT sequer estabelece tal previsão.

O aludido projeto de Lei Complementar, que partiu do Poder Executivo, foi anunciado como sendo uma grande conquista para os trabalhadores que ainda não possuem legislação própria, mas não é necessário nem avançar na leitura, para perceber que a real intenção da proposta é retirar a proteção constitucional das pessoas que trabalham em favor dos aplicativos.

Ora, o caput do artigo 7º da Carta Política estabelece que o rol de direitos fundamentais sociais lá assegurados é destinado aos trabalhadores, não aos empregados [1]. Dessa forma, até para os mais positivistas dos intérpretes, é difícil defender que os trabalhadores não possuem proteção social à luz da Constituição.

Nesse sentido, a Carta Maior criou uma diretriz a ser concretizada pelo Estado-Legislador, segundo a qual todos os trabalhadores terão o mínimo de proteção social-legislativa, e esse piso se constitui em direitos subjetivos das pessoas que trabalham, sejam na condição de empregadas ou não.

SEM PROTEÇÃO

Dizer o óbvio não foi, infelizmente, a intenção do aludido projeto, que evidencia às escâncaras que, em regra, os(as) referidos(as) trabalhadores(as) devem ser tratados(as) como autônomos(as). Serão soltos(as), livres, em pleno gozo do sacrossanto exercício de liberdade e da autonomia.

A modernidade parece, como diz a música, “um museu de grandes novidades”, porque recobra à época em que trabalhadores não possuíam proteção social trabalhistas e vivenciavam a liberdade de não possuir direitos e serem

explorados sem limites legais.

O Direito do Trabalho, nesse contexto, não revolucionou tanto a ponto de proibir a exploração do trabalho do ser humano, tendo, inclusive, permitido tal expediente, desde que respeitados determinados limites estabelecidos em normas internacionais e internas. O projeto de Lei Complementar nos lembra que nada está conquistado jamais e que é necessário se manter vigilante para que direitos já assegurados, inclusive como fundamentais e protegidos por serem cláusulas pétreas, precisem ser vigiados e tratados como um núcleo que não pode ser diminuído por normas infraconstitucionais ou, objeto, simplesmente, de desregulamentação.

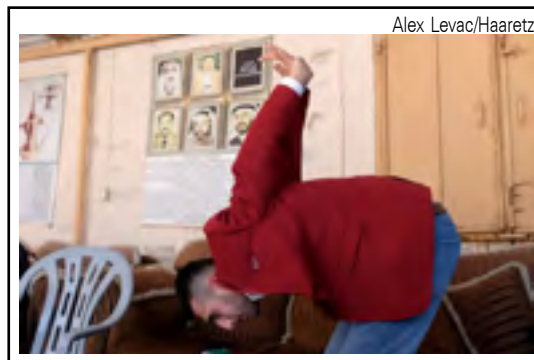
Ao tentar retirar a condição constitucional de trabalhadores(as) das pessoas que efetivamente trabalham, o projeto tenta suprimir, inclusive, proteções mínimas, como saúde e segurança, em claro menoscabo à Convenção nº 155 da OIT, assim como igualmente ignora normas protetivas já declaradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, como a proteção à gestação e ao nascimento, a não discriminação por qualquer motivo considerado não justo, e a possibilidade de a pessoa que trabalha buscar reparação moral e patrimonial perante a Justiça trabalhista, quando se sentir aviltada em seus direitos.

O que está em jogo é muito mais do que se apresenta, quando a Justiça do Trabalho tem a sua constitucionalidade material atacada pela Corte Suprema praticamente toda semana. Basta observar o trato que o Supremo Tribunal Federal tem dado aos trabalhadores, considerando-os pactuantes de contratos civis ou comerciais em diversas decisões vinculantes e até em decisões monocráticas, que sequer comportam a análise de fatos e provas.

Palmilhando um pouco mais o projeto, o parágrafo 2º do artigo 3º propõe que os trabalhadores, autônomos que serão, observem “período máximo de conexão” (em palavras mais claras, isso é jornada, pois tempo à disposição), que não poderá ultrapassar doze horas diárias.

Leia a íntegra do artigo em www.horadopovo.com.br





Hilal mostra a repórteres posição que ficava Ex-prisioneiro relata tortura infligida aos palestinos nas prisões da ocupação

Amer Abu Hilal, preso sem julgamento ou acusação formal, denunciou os abusos e humilhações a que foi submetido em celas superlotadas, incluindo espancamentos até a perda de consciência, privação de sono, comida atirada ao chão, escassez de água potável, entre os mais diversos tipos de sistemática crueldade.

Na entrevista concedida aos jornalistas Giedon Levy e Alex Levac, em sua casa na Cisjordânia, Hilal relata que foi preso pelas forças de ocupação israelense a pretexto de ser filiado ao Hamas e ficou detido na prisão de Ketziot sem nem mesmo direito a julgamento. Ele tem 30 anos, é formado em comunicação pela universidade Al-Quds em Abu Djs (bairro vizinho à Jerusalém Árabe). E casado com Bushra, 27 e pai de Tawfiq, de 8 meses. Foi preso pela primeira vez em 2019 por 47 meses sob 'prisão administrativa' (que é regulada pelas leis da colonização inglesa na Palestina e mantidas até hoje e aplicadas para prender palestinos sem direito a julgamento).

BRUTALIDADE

O tratamento brutal na prisão israelense se intensificou depois do ataque de 7 de outubro. Primeiros os guardas confiscaram todas as TVs, rádios e celulares. A partir de 9 de outubro eles começaram a intensificar os espancamentos e abusos, Abu Hilal recorda que ficou 197 dias usando as mesmas roupas. As celas ficaram superlotadas com até 20 presos em cada uma mesmo após a abertura de novas prisões de palestinos na Cisjordânia.

ESPANCAMENTOS CONSTANTES

Primeiro os guardas acompanhados com cachorros, investiram contra os detentos algemados com violência, ele relatou que os gritos dos presos podiam ser ouvidos por toda a prisão e que rapidamente as paredes ficaram cobertas com sangue. Desde então, espancamentos se tornaram uma rotina diária em Ketziot. Eles eram obrigados a beijar a bandeira de Israel e gritar "O povo de Israel vive!" Os prisioneiros tinham medo de falar qualquer palavra que começa com a letra "h" por medo dos guardas acharem que estavam falando do Hamas.

SEM ÁGUA

Em 29 de outubro, eles cortaram a água e eletricidade para os presos e foi dada uma garrafa d'água para ser dividida com 10 detentos por cela. Portas do banheiro foram arrancadas e os presos tinham que usar um cobertor na porta na hora de se aliviar. Eles também tinham que racionar a ida ao banheiro já que só tinha água corrente por 1h 30min por dia. Ele recorda que os guardas jogavam comida para os presos no chão sujo.

Quando eles pediram produtos de limpeza para limpar as selas, os guardas algemaram os presos, "agora vocês vão ser como cachorros", eram obrigados a andarem curvados, foram levados para a cozinha, despidos e forçados a se deitar em cima uns dos outros, foram espancados com cassetetes, cuspidos, humilhados e sodomizados com cenouras. Por fim os guardas soltaram os cachorros contra os presos.

Sofreram privação de sono, os guardas ligavam os alto-falantes a todo volume durante a noite "Levantem-se seus porcos!" gritavam os carcereiros israelenses. Quando eram revistados com detector de metal, eram despidos, e golpes desferidos contra os testículos dos presos. Eram obrigados a cantar canções de louvor a Israel, os guardas deixavam os cães de guarda urinarem nos colchões que os presos dormiam. As sessões de espancamento se seguiram de forma continuada.

DESMAIO

Uma vez, os guardas acusaram Abu Hilal de rezar por Gaza, invadiram a cela em que ele estava e começaram a espancar todo mundo. Seu colega de cela, Ibrahim al-Zir, de 51 anos, foi espancado tanto que um de seus olhos quase foi arrancado com os golpes dos guardas. Abu Hilal perdeu a consciência.

"Esse é seu segundo Nakba," disseram os guardas em outra sessão de tortura dois dias depois. Nakba é o nome da limpeza étnica sofrida pelos palestinos na fundação de Israel. Um outro preso, Tair Abu Asab, de 38 anos, teria sido espancado até a morte pelos guardas por recusar a se curvar. Nenhum guarda foi sequer repreendido pelo ocorrido.

Hilal concluiu a entrevista comparando os horrores do presídio Ketziot aos que geraram o escândalo de Abu Graib no Iraque onde foi documentada a tortura sistemática de presos iraquianos por guardas americanos durante a invasão do Iraque.

"EUA criou e age para prolongar o conflito na Ucrânia", denuncia Rússia



Bilhões de dólares em armas norte-americanas chegam à Ucrânia

800 mil tomam as ruas de Buenos Aires contra ataque de Milei à educação pública

800 mil argentinos participaram da marcha em defesa da educação pública ameaçada por Milei, nesta terça-feira (23), em Buenos Aires.

Segundo informa o jornal argentino Página 12 as manifestações que também ocorreram em Córdoba, Mendoza, San Luis, San Juan, Santa Cruz, Bariloche e em muitas outras cidades, trouxeram para as ruas do país mais de um milhão que ampliaram as reivindicações para questionar a política de corte de recursos e arrocho salarial que Milei tem imposto em seu destrutivo desgoverno.

Defendemos o acesso ao ensino superior público como um direito. Acreditamos na capacidade equalizadora do ensino público gratuito, no poder transformador da universidade como formidável ferramenta de mobilidade social ascendente e na contribuição diferencial e substantiva da produção científica", afirmou o documento lido no evento central por Piera Fernández De Piccoli, presidente da Federação Universitária Argentina (FUA), de Córdoba.

De acordo com Piera, "todos os problemas que temos se resolvem com mais educação e universidades públicas, com mais investimento em ciência e tecnologia". "Queremos que nossas instituições sejam o dispositivo que permita à Argentina reconstituir as desigualdades estruturais e embarcar no caminho do desenvolvimento e da soberania", acrescentou.

Conforme o levantamento da Associação Civil para a Igualdade e Justiça, embora 80% dos estudantes universitários



Centro de Buenos Aires ocupado pelos manifestantes

sejam educados em universidades públicas, o orçamento entregue pelo governo Milei este ano é o mais baixo desde 1997. A resposta foi contundente, com as organizações sociais, sindicais, de direitos humanos, feministas, de crianças e adolescentes, centros de estudantes do ensino médio e de aposentados se fazendo ouvir.

Para as Mães da Praça de Maio Linha Fundadora, Taty Almeida, "não estou aqui somente como mãe, mas também como docente, porque caí na escola pública. Devemos defender a educação pública, as universidades, porque o direito à educação é um dos direitos humanos".

Da mesma forma o ganhador do Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, assinalou que "a Universidade pública e gratuita é uma das grandes conquistas do nosso povo e não vamos desistir dela". Com esta direção, os sindicatos docentes de todo o país se somaram para a construção de uma ampla barreira contra os ataques neoliberais de Milei.

GOVERNADOR DE B. AIRES

O governador de Buenos Aires, Axel Kicillof,

junto com prefeitos e autoridades, assinalou que "esta é a luta dos estudantes universitários, mas reflete toda uma cultura do nosso país: estamos em defesa do instrumento que nos permitiu sonhar com um futuro melhor". Kicillof elogiou a "natureza coletiva e solidária" da massiva mobilização como "uma demonstração convincente contra o egoísmo e o individualismo". "A marcha foi muito mais do que uma marcha da comunidade universitária", disse o governador, confirmou que Milei "deve ser chamado a pensar e a refletir". A resposta apareceu impressa em centenas de faixas e em milhares de cartazes caseiros, adesivos, camisetas impressas, bonês e máscaras, estampando o não à devastação de Milei: "Rebelde-se e eduque-se", "Mais dinheiro para educar, não para reprimir", "Mais Telam, menos Twitter" e "Milei não nos quer livres, nos quer ignorantes".

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Regime racista inglês decide expulsar os imigrantes para Ruanda e parlamento aprova

Nesta terça-feira, 23, foi aprovada no parlamento inglês lei que autoriza a deportação de qualquer solicitante de asilo, vindo de qualquer parte do mundo, para Ruanda. O primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, achou um jeito de dizer que a estupidez racista poderia de algum modo vir em benefício dos perseguidos pela discriminação: "Nós introduzimos a lei de Ruanda para deter imigrantes vulneráveis de fazerem travessias perigosas e quebrar o modelo de negócios de gangues de criminosos que os exploram. A aprovação dessa legislação nos permitirá fazer isso e deixa bem claro que se você vier aqui ilegalmente, você não poderá ficar".

Do alto de sua arrogância, o premiê tenta passar a ideia de que os pobres do continente africano explorado pelos colonialistas fazem as "travessias perigosas" em busca de emprego que lhes garanta a sobrevivência simplesmente por falta de aviso ou por repressão insuficiente.

Aprovada depois de dois anos que foi concebida, a aprovação do esquema de deportação ficou no limbo por causa de desacordos entre as Câmaras dos Lordes e dos Comuns sobre alterações na lei. Cada vez que a Câmara dos Lordes fazia uma alteração, a dos Comuns controlada por Sunak votava por desfazê-las, a aprovação foi concretizada quando a oposição e governo finalmente cederam.

A Suprema Corte do Reino Unido no ano passado decla-



A travessia do Canal da Mancha em pequenos barcos

rou a proposta ilegal "por ter motivos substanciais para acreditar que os requerentes de asilo enfrentariam em risco real de maus-tratos devido à expulsão para seus países de origem se transferidos para Ruanda". O governo de Sunak, evitou a proibição da Suprema Corte, aprovando a lei "Segurança de Ruanda" em janeiro deste ano basicamente declarando Ruanda como um país seguro e ignorando a preocupação da Suprema Corte.

Aliás, expulsar o imigrante que requer asilo é de uma brutalidade que a muito não se via. O Escritório Nacional de Auditoria (National Audit Office), que fiscaliza gastos públicos no Reino Unido, estima que serão gastos £540 milhões de libras (quase 3,5 bilhões de reais) somente na deportação dos primeiros 300 imigrantes para Ruanda. Atualmente o Reino Unido gasta cerca de £3 bilhões (cerca de 19 bilhões de reais) anualmente no processamento de pedidos de asilo.

Críticos apontaram a ineficácia de enviar refugiados

para Ruanda. Enver Solomon, da ONG Refugee Council, apontou a ineficiência da lei, "Mesmo no melhor cenário para o governo, o esquema de Ruanda removerá não mais que 5.000 pessoas por ano entre as dezenas de milhares de excluídos do sistema de asilo", disse em um e-mail para a Al Jazeera.

Filippo Grandi, do Alto Comissariado da ONU para Refugiados, criticou a nova lei, "Proteger refugiados requer que todos os países, não somente os que avizinham zonas de crise, a cumprir suas obrigações".

"Este esquema busca transferir a responsabilidade pela proteção dos refugiados, mimando a cooperação internacional e estabelecendo um precedente global preocupante", disse Grandi.

A Anistia Internacional do Reino Unido, chamou o esquema de mancha na reputação moral deste país" e que "é um ataque às proteções legais internacionais para as pessoas mais vulneráveis do mundo".

"EUA criou e prolonga deliberadamente o conflito na Ucrânia", diz ministro da Defesa da Rússia, Serguei Shoigu, durante reunião dos países membros da Organização de Cooperação de Xangai (OCS)

A situação geopolítica "ainda é difícil e tende a piorar", acrescentou o ministro, denunciando "o crescimento de discrepâncias geopolíticas, a destruição dos fundamentos da estabilidade estratégica e a diminuição no papel das instituições internacionais". "Para alcançar seus objetivos, Washington está exercendo pressão sem precedentes, mesmo sobre seus parceiros, oferecendo a eles o papel de executores obedientes", disse, indicando que isso se deve ao "desejo dos EUA de manter o domínio global por qualquer meio e impor sua ditadura a países independentes".

O ministro explicou que, como instrumentos de influência, os EUA usam os métodos financeiros, políticos, diplomáticos e, às vezes, a força, bem como "uma técnica que tem sido experimentada muitas vezes: incitar e manter focos de instabilidade em várias regiões do mundo, gerando ameaças para a segurança e, ao mesmo tempo, oferecendo assistência militar".

Ao mesmo tempo, Shoigu apontou que as tentativas dos países ocidentais de infligir uma derrota estratégica à Rússia são condenadas ao fracasso. Nesse sentido, o ministro indicou que as forças armadas russas continuam a operação militar especial na Ucrânia para impedir o desenvolvimento do fascismo na região e garantiu que todos os seus objetivos serão alcançados.

RÚSSIA NÃO AMEAÇA

"A Rússia nunca ameaçou a Otan Não temos interesses geopolíticos ou militares em atacar os Estados do bloco. Estamos simplesmente protegendo nosso povo em nossos territórios históricos", assegurou Shoigu.

O chefe da defesa russa enfatizou que as tropas da Otan que foram localizadas perto das fronteiras da Rússia criaram ameaças adicionais à segurança militar, enquanto que Moscou sempre fez "os esforços máximos para manter a estabilidade estratégica e o equilíbrio de poder no mundo".

PC da Rússia propõe a Putin frente ampla para derrotar o fascismo e enfrentar a Otan

"A 'armadura' da Vitória foi forjada pelas conquistas do governo soviético liderado pelo Partido Comunista: industrialização, coletivização e revolução cultural"

O líder do Partido Comunista da Federação Russa, falando em nome das forças patrióticas e populares da Rússia, G.A. Zyuganov, fez nesta terça-feira (23) um pronunciamento dirigido ao presidente Vladimir Putin conclamando à unidade na guerra contra o fascismo sediado na Ucrânia e os seus comparsas da Otan.

Zyuganov propôs a Putin que, como um gesto simbólico desta unidade, o governo não permita que se erga um tapete na frente do mausoléu de Lenin na Praça Vermelha, como tem sido feito nos últimos anos nas comemorações do Dia da Vitória, em 9 de maio. "O dia 9 de maio de 1945 foi uma continuação natural da Grande Revolução Socialista de Outubro. Este é o resultado da política nacional dos bolcheviques liderados por VI. Lenin, que uniram os povos do país em uma família amiga – a URSS", disse o dirigente do PC.

"Por vários anos, o Mausoléu de Lenin foi escondido dos olhos do público antes do Dia da Vitória. Por trás dos escudos de compensado há um sinal de orgulho nacional, símbolo da era das grandes conquistas. A aparência historicamente precisa da Praça Vermelha é distorcida. Na Parada da Vitória, unidades militares marcham em frente a uma estrutura desajeitada. Suas

A Rússia "segue uma política de não interferência nos assuntos de outros Estados", afirmou, enfatizando que "isso demonstra mais uma vez que nós não podemos confiar nos [países] ocidentais. Agora nos acusam de que, se não se detêm a Rússia na Ucrânia, supostamente atacaremos os países da Aliança".

EXPANSIONISMO

"Após a desintegração da União Soviética, a expansão da Aliança Atlântica para o Oriente continua, embora nos anos 90 nos prometeram que isso não aconteceria. No entanto, seis ondas de expansão da Otan já aconteceram", acrescentou Shoigu.

Apesar das promessas dos Estados Unidos de que a Aliança Atlântica não se expandiria para o Oriente, feitas em 1990, o bloco de guerra quebrou seus compromissos em 1999 e incorporou à Polônia, Hungria e República Tcheca em sua primeira onda expansionista. Na segunda onda, em 2004, a organização militar admitiu Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Letônia, Lituânia e Romênia e, em 2009, a Albânia e a Croácia foram incorporadas ao bloco de guerra.

No início de junho de 2017, a Otan também incorporou Montenegro, apesar dos protestos em massa da população desse país e, três anos depois, a Macedônia entrou.

Em abril de 2023, a Finlândia se tornou o 31º país da Aliança Atlântica e, em 7 de março deste ano, a Suécia foi oficialmente incorporada ao bloco, tornando -se o 32º.

Moscou tem denunciado a expansão da OTAN há anos às fronteiras russas, o acúmulo de forças aliadas na Europa, o aumento contínuo das despesas militares dentro do quartelão e seu crescente envolvimento no conflito ucraniano.

Moscou tem denunciado durante anos a expansão da OTAN às fronteiras russas, o acúmulo de forças aliadas na Europa, o aumento contínuo das despesas militares dentro do bloco e seu crescente envolvimento no conflito ucraniano.

construções dividem o panorama geral da principal praça do país", afirmou Zyuganov.

O DISCURSO

Prezado Vladimir Vladimirovich,

O Dia da Vitória é uma grande e sagrada data para o nosso povo. Tornou-se um símbolo de coragem, fortaleza e solidariedade de nossos antepassados durante séculos. O feito do Exército Vermelho e do povo soviético durante a Grande Guerra Patriótica parou a humanidade a um passo do abismo. A Grande Vitória de 1945 trouxe paz aos povos e defendeu a independência da nossa Pátria.

A vitória da URSS não foi uma "coincidência". O triunfo do nosso país foi preparado pelo seu desenvolvimento anterior. Soldados indo ao ataque, mulheres na terra arável, velhos e adolescentes nos teares defendiam sua pátria soviética. Nossos pais e avós sabiam que a luta era pela verdadeira liberdade, pela verdade e pela justiça. Eles acreditavam que cidades e aldeias, fábricas e casas, escolas e museus seriam reconstruídos a partir das ruínas e continuariam a servir a eles e a seus filhos.

Leia discurso na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Levante contra genocídio em Gaza alcança 40 universidades dos EUA



Presidente Xi recebe o líder palestino Abbas

Delegações do Fatah e Hamas chegam a Pequim para tratar da unidade nacional palestina

A China está mediando negociações para a restauração da unidade palestina, entre o Hamas e a Fatah, neste fim de semana, conforme a Reuters, com as delegações respectivamente encabeçadas por Azzam Al Ahmed e Moussa Abu Marzouk.

“Apoiamos o fortalecimento da autoridade da Autoridade Nacional Palestina e apoiamos todas as facções palestinas para alcançar a reconciliação e aumentar a solidariedade através do diálogo e da consulta”, disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Wang Wenbin, em uma conferência de imprensa na sexta-feira (26).

O apoio chinês à restauração da unidade palestina na Organização pela Libertação da Palestina (OLP) é muito importante, já que Pequim tem o cacife de ter, em março do ano passado, conseguido mediar com sucesso negociações que levaram ao restabelecimento das relações diplomáticas entre o Irã e a Arábia Saudita.

Em fevereiro, o Hamas e a Fatah, mais outras organizações palestinas, já haviam se reunido em Moscou, em encontro que o chanceler russo Sergei Lavrov presidiu, em busca dessa unidade, que está sendo exigida particularmente em um momento em que Gaza está sob genocídio, os pogroms se multiplicam na Cisjordânia, nunca foi tão grande o isolamento do regime Netanyahu, a Corte Internacional de Justiça da ONU aceitou o pedido da África do Sul de investigação de Israel por genocídio, e a questão da solução dos Dois Estados voltou à ordem do dia.

Como revelou a votação no Conselho de Segurança da ONU, que só não aprovou o reconhecimento pleno do Estado Palestino como membro da ONU – já é observador com direito a voz, mas não a voto –, por causa do veto dos EUA, que cada dia se torna mais insustentável.

Aos líderes palestinos, Lavrov registrou que, ao longo dos anos, “a Rússia, assim como alguns de nossos amigos no mundo árabe, como Egito, Argélia e outros países da região, fizeram tentativas de proporcionar a todos os palestinos a oportunidade de se encontrarem, remover mal-entendidos e restaurar a unidade”.

Leia mais no site do HP

Alabama nega liberdade condicional para manter por muito mais tempo presos em trabalho escravizado

O estado do Alabama está sendo processado por escravização de prisioneiros. A governadora Kay Ivey, o procurador-geral Steve Marshall, membros do Conselho de Perdões e Liberdade condicional do Alabama, entre outros órgãos, estão sendo processados por 10 detentos de prisões estaduais por um esquema que nega liberdade condicional a presos em sua maioria negros para estender sua estadia nas prisões do Estado.

Segundo o processo Robert Earl Council aka Kinetic Justice v. Kay Ivey, o governo do Estado do Alabama usou de escravização prisional, emprestando detentos para empresas de empacotamento de carne, para redes de ‘fast food’ e ainda centenas de agências distritais, municipais e estaduais. Os chefes do esquema também teriam conspirado para o aumento no número da população prisional através da negação de condicional de detentos, de maioria negra, aptos a obtenção do direito, a fim de usá-los para trabalho forçado.

Lakiera Walker, 36, uma das reclamantes no processo, já trabalhou em unidades de empacotamento de carne, redes de fast food como o McDonald’s e Burger

King, obras em rodovias e remoção de lixo, assim como trabalhos dentro da prisão, tudo isso enquanto detenta no Alabama, por 2 dólares por dia.

Seu advogado disse que, pelo seu histórico de bom comportamento, ele já deveria estar em liberdade.

“Não há argumento razoável de que ele representa uma ameaça para a segurança pública já que ele esteve trabalhando longas horas diariamente desde que ele foi encarcerado”, disse. “Moore tem trabalhos pagos em construção esperando por ele assim que ele for para casa, e uma esposa e família desesperados para vê-lo. Sua entenda é uma oficial de condicional e vários membros de sua família são policiais”.

Esses detentos também são punidos se eles se recusarem ao regime de trabalho forçado. São mandados paYra confinamento na solitária. “Você não pode dizer que não pode ir trabalhar hoje”, disse Lakiera Walker. “Você é mandado para segregação, que é confinamento na solitária” e que “em um ponto as pessoas estavam tão arrasadas que elas optavam pela solitária só para ter um tempo de sossego”.

Leia mais no site



Acampamento pela Palestina na Universidade Columbia tem apoio de professores

“Genocídio de Israel tem a cumplicidade da União Europeia”, afirma deputada irlandesa

“O que foi visto não pode ser apagado e agora o mundo pode ver exatamente quais são os verdadeiros valores europeus. São 200 dias de Israel eliminando sistematicamente a Faixa de Gaza da face da Terra”, afirmou a deputada irlandesa Clare Daly, em contundente pronunciamento no Parlamento Europeu.

Conforme Daly, desde que as tropas israelenses começaram o genocídio [em outubro de 2023], “aumentaram o fluxo de armas para Israel em dez vezes”, que é o que sustenta as “505 bombas por dia e 21 por hora, os médicos executados, as valas coletivas em hospitais e os jornalistas assassinados”. “Armas para massacrar palestinos”, assinalou.

O governo de Netanyahu amplia o indiscriminado bombardeio, que é mantido “o tempo todo com não somente o silêncio, mas a cumplicidade ativa da União Europeia”. Para isso, acusam irresponsavelmente, “apesar de não haver qualquer evidência, qualquer delito ou pessoa da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA)”.

Corpos de palestinos estavam com mãos amarradas às costas na vala comum em Gaza, denuncia ONU

Na quarta-feira (24), já chegavam a 310 os corpos retirados de três valas comuns, com as vítimas tendo sido “enterradas profundamente no solo e cobertas com lixo”, nas dependências do Hospital Nasser na Faixa de Gaza.

E, ainda mais grave, “foram encontrados corpos com as mãos amarradas nas costas e despidos”, e entre os mortos há “idosos, mulheres e feridos”, assinalou a porta-voz do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, Ravina Shamdasani.

O Alto Comissário de DH Volker Türk, exigiu uma “investigação independente internacional” sobre as centenas de corpos encontrados junto ao hospital Nasser no final de semana, em Khan Younis, após a retirada das tropas israelenses, o que já vem sendo denunciado como nova e horrenda evidência do genocídio em curso em Gaza.

O relato de que havia corpos “com mãos e pés amarrados”, apontando para execuções sumárias, havia sido feito na segunda-feira, em entrevista à CNN, pelo diretor de Defesa Civil de Khan Younis, coronel Yamen Abu Suleiman.

Então, eram 283 os corpos retirados das valas. “Nós não sabemos se eles foram enterrados vivos ou executados”.

Investigações também foram pedidas pela Organização de Cooperação Islâmica, que reúne os 53 países de maioria muçulmana, e que denunciou “massacres horríveis”, com “centenas de deslocados, feridos, doentes e equipes médicas submetidos a tortura e abuso antes de serem executados e enterrados coletivamente”.

Depois dessas valas comuns encontradas em Khan Younis, também foram encontradas no-



Deputada Clare Daly (Reprodução)

A denúncia contra a UNRWA não dispõe de nenhuma sustentação, reiterou Clare Daly, e é feita justamente pela “União Europeia, que hasteou a bandeira do opressor desde o primeiro dia”, sustentada por “países que dinamitaram o financiamento para a população palestina faminta”. Portanto, frisou a parlamentar, “nos poupe de sua falsa preocupação

e suas lágrimas de crocodilo”, lembrando que o banho de sangue contra os palestinos “não pode ter ocorrido sem a sua cumplicidade” e “continua agora por causa dela”.

O que ficou expresso pela UE, lembrou a deputada, “são os mesmos valores europeus de sempre: assassinato e colonialismo”. “Vocês nunca serão perdoados”, concluiu.



Defesa Civil em Gaza retira corpos de vala comum

vas covas comuns junto ao hospital Al Shifa, na Cidade de Gaza, que esteve por duas semanas sob ocupação israelense no final de março, e foi praticamente destruído.

Porta-vozes do regime colonialista israelense tentaram se safar dessa montanha de cadáveres, insinuando que teria sido feita pelos próprios palestinos em cemitérios improvisados, durante os cercos a que os hospitais foram submetidos.

Alegação que não bate com o fato de que no Hospital Nasser foram encontrados corpos “com as mãos amarradas”, o que evidentemente não foi feito por palestinos. Nem que os cadáveres estivessem “enterrados profundamente no solo e cobertos com lixo”, já que só as tropas israelenses é que estão usando escavadeiras pesadas em seu assalto a Gaza.

Türk disse em um comunicado que estava “horrorizado” com a descoberta de valas comuns nos hospitais Nasser e Al Shifa, que as tropas israelenses reduziram a ruínas. O chefe de Direitos Hu-

Na Universidade Brown, em Providence, Rhode Island, estudantes montaram tendas, gritando: “De Columbia a Brown, não vamos decepcionar Gaza!”

Nos maiores protestos estudantis desde a Guerra do Vietnã, já são 40 a universidades dos EUA, em 22 estados, em que os estudantes exigem o fim do genocídio em Gaza acampamentos de solidariedade aos palestinos, apesar da invasão de campus por tropas de choque e da cumplicidade das reitorias.

Manifestações que têm contado com decisiva participação de judeus norte-americanos e apoio dos professores. Mais de 500 estudantes e professores foram presos em uma semana.

Na quinta-feira (26), mais universidades, melhor dizendo, seus estudantes e professores, juntaram suas vozes aos atos contra o genocídio e apartheid de Israel e a favor do cessar fogo, entrada desimpedida da ajuda humanitária em Gaza e paz na Terra Santa.

O levante dos estudantes norte-americanos contra o genocídio em Gaza é um fato ainda mais notável ao ocorrer exatamente quando o Congresso dos EUA, atendendo a Biden, acaba de aprovar mais US\$ 26 bi para armar Israel, que já matou ou feriu 100 mil palestinos usando armas norte-americanas (além de conceder mais US\$ 61 bi para a anexação da Ucrânia pela Otan e US\$ 8 bi para incendiar o Pacífico), tornando evidente que, para a juventude norte-americana, sob Netanyahu e o apartheid Israel virou um Estado pária.

Como em 1968, quando o levante dos estudantes era contra a Guerra do Vietnã, o chamado ao protesto partiu da Universidade de Columbia, em Nova York, e não para de receber adesões. A reitoria chamou a polícia, que prendeu mais de 100 estudantes, o que se tornou o estopim para o movimento se espalhar como fogo em uma pradaria ressecada.

A truculência com que o establishment está tentando abafar essa recusa da juventude norte-americana a se calar diante do genocídio em Gaza, em última instância tem como impulsor o próprio Biden, aliás, “Genocide Joe”, principal patrono e cúmplice de Netanyahu, ao acusar os legítimos protestos dos estudantes de “antisemitismo flagrante” e instruir a usar contra eles “toda a força do governo federal”.

Como observou o âncora da MSNBC Chris Hayes, “as prisões em massa dos manifestantes parecem estar tendo o efeito oposto ao pretendido”.

Para Sara Haghdoosti, diretora-executiva da organização pacifista Win Without War, “o uso da violência estatal contra manifestantes pacíficos é inaceitável”.

“Os cassetetes policiais usados contra estudantes que pedem paz em Gaza não são uma fonte de segurança no campus, nem são um baluarte contra o antissemitismo. Eles ferem as pessoas, ferem as liberdades fundamentais e servem a uma agenda de extrema direita que ameaça judeus, muçulmanos e o direito de protestar em todo o país.”

É isso que se vê em cenas de arbítrio campus após campus nos EUA, com as coisas chegando ao ponto de, na Universidade Estadual de Ohio, na repressão aos estudantes na terça-feira, atiradores de elite serem posicionados nos tetos dos prédios, como mostraram fotos tiradas no local – além do trivial, como gás lacrimogêneo e espancamentos com cassetetes.

Sequer professores – que têm comparecido em peso aos atos de solidariedade aos palestinos – são poupa-

dos. Como em Atlanta, na Emory University, onde na quinta-feira na invasão do campus pela polícia para reprimir o recém instalado acampamento de solidariedade à Palestina, a chefe do departamento de Filosofia, Noëlle McAfee, e a professora de Economia Caroline Fohlin foram agredidas, ao se manifestarem contra a violência contra os estudantes. Ali, mais de 30 estudantes foram presos. Os vídeos de McAfee e de Fohlin sendo derrubadas e presas viralizaram nas redes sociais.

Em Boston, o acampamento de solidariedade aos palestinos perto da Universidade Emerson, no Boylston Place Alley, foi desmantelado violentamente pela polícia na quinta-feira, com 108 manifestantes presos. Igual número dos presos na Universidade de Columbia na semana passada. Quatro pessoas precisaram ser hospitalizadas.

Apesar disso, os acampamentos de solidariedade aos palestinos seguem se multiplicando. Ainda na quinta-feira, estudantes da Universidade George Washington (GWU) criaram um acampamento de solidariedade a Gaza, com centenas participando. Anteriormente, a sessão local dos Estudantes pela Justiça na Palestina havia sido suspensa por projetar imagens em prédios, que pediam a libertação da Palestina e o fim da cumplicidade com o apartheid.

A GWU impôs um toque de recolher aos estudantes, que entrou em vigor às 19h30 locais de quinta-feira, mas o acampamento só aumentou de tamanho após a imposição.

Estudantes e professores da Universidade de Pittsburgh e da Universidade Carnegie Mellon, juntamente com muitos apoiadores de toda Pittsburgh, montaram um acampamento em apoio aos estudantes e professores da Universidade de Columbia e contra o genocídio de Israel em Gaza. Na Universidade de Georgetown, centenas de estudantes marcharam para protestar contra o genocídio em curso em Gaza.

Em Evanston, Illinois, a polícia tentou desmantelar um acampamento erguido por estudantes da Universidade Northwestern. O Daily Northwestern registrou que a polícia está “ficando fisicamente violenta com a faculdade”. Um docente foi visto gritando com a polícia: “você não vai tocar nos nossos alunos”.

Na Universidade Brown, em Providence, Rhode Island, estudantes montaram tendas, gritando: “De Columbia a Brown, não vamos decepcionar Gaza!”. Em novembro passado, o estudante palestino-americano da Universidade Brown Hisham Awartani foi baleado com dois de seus amigos enquanto visitava sua avó em Burlington, Vermont, para o Dia de Ação de Graças. Ele continua paralisado.

Em Yale, a mobilização continua, apesar de mais de 40 prisões na invasão do campus na segunda-feira. Os organizadores do protesto compararam essas prisões com as de 1986, quando os estudantes de Yale repudiavam o apartheid na África do Sul.

Em Manhattan, manifestantes invadiram o prédio do Instituto de Tecnologia da Moda da Universidade Estadual de Nova York e montaram um acampamento. Até a noite de quinta-feira, várias dezenas de estudantes permaneciam no saguão, enquanto outros protestavam do lado de fora.

Materia completa em www.horadopovo.com.br

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

Floriano, a defesa da democracia e da independência econômica (3)

Continuação da edição anterior

(...) o florianismo continuaria a existir e viria outra vez à tona da onda histórica, com o tenentismo e a Revolução de 30

CARLOS LOPES

Floriano, sem dúvida, foi um defensor da essência – e não da forma – da democracia e da soberania nacional. Porém, a alegação de que a convocação imediata de eleições somente se aplicava, após a renúncia de Deodoro, aos presidentes e vice-presidentes eleitos por via direta é, **inclusive formalmente**, correta.

Deodoro e Floriano haviam sido eleitos, de acordo com as disposições transitórias da Constituição de 1891, por via indireta. Portanto, o dispositivo que obrigava a eleições se o presidente ou o vice-presidente renunciasses antes da metade do mandato, não se aplicava a eles, o que foi reconhecido pelo Congresso, reaberto por Floriano.

Na atitude formalista (quase escrevamos “ultra-formalista”) de Rui, expressava-se o medo das últimas consequências da revolução, que tornava-se um conflito sangrento. Um medo característico de um bacharel e intelectual – mas não de um cabo de guerra, como Floriano.

Não é preciso seguir, aqui, a trajetória dos outros opositores de Floriano – ou de seus partidários – para perceber o lado da história que a maioria deles escolheria.

Basta dizer que o florianismo continuaria a existir e viria outra vez à tona da onda histórica, com o tenentismo e a Revolução de 30.

Mas, antes disso, Floriano receberia o reconhecimento e a sua grande homenagem do povo brasileiro.

4

A historiografia brasileira tem algumas marcas reveladoras, em geral de caráter reacionário. Já nos referimos, em artigo anterior, à tentativa de passar a revolução republicana – como a chamou Rui Barbosa – por um “golpe de Estado” (v. HP 05/02/2024, **A República e a revolução**), o que se estende até à Revolução de 30, tratada como outro golpe, dessa vez um golpe das oligarquias e não uma revolução contra as oligarquias.

Outra dessas marcas reacionárias é a campanha contra a política econômica do Governo Provisório da República – isto é, a política econômica do primeiro ministro da Fazenda republicano, Rui Barbosa –, sempre descrita como “desastrosa”, tal como também vimos em artigo anterior. Recentemente, lemos um texto acadêmico no qual o autor pretendia mostrar que Celso Furtado falhara em sua avaliação do “encilhamento”. Onde, segundo esse professor de uma de nossas mais conceituadas universidades, Celso Furtado falhara? Ora, em subestimar a magnitude dos erros de Rui Barbosa. Fora isso, diz o autor, Furtado – em sua **Formação Econômica do Brasil** – está certo...

Outra marca reveladora – e do mesmo tipo, porque com o mesmo objetivo – é a tentativa de tratar Floriano Peixoto como um ditador de quartel, uma espécie de sargento ignorante e oligofrênico, ao mesmo tempo que se trata Campos Sales, presidente do governo mais reacionário e mais submisso do início da

República, como grande estadista, equilibrador das nossas finanças, etc., etc., etc.

No entanto, ninguém, até hoje, pretendeu negar a popularidade de Floriano antes e depois da Proclamação – desde a Guerra do Paraguai até a sua morte. Nem mesmo os seus inimigos (o próprio visconde de Ouro Preto reconheceu a popularidade de Floriano, entre os militares, ao fim do Império; sobre essa popularidade no Paraguai, ver o livro do general Dionísio Cerqueira, **Reminiscências da Campanha do Paraguai**, BE, 4ª ed., 1980).

Seu funeral, aliás, definiu a grandeza do homem. Temos, dele, um testemunho, aquele do grande cronista Luiz Edmundo, autor de **O Rio de Janeiro do Meu Tempo**, em outro livro (**De um Livro de Memórias**):

“Pouco depois de retirar-se do poder, entregando, pelo seu ministro da Justiça, o cargo ao presidente ‘eleito’, o paulista Prudente de Moraes, não resistindo aos padecimentos, Floriano, recolhido a um lugarejo, a Divisa, chegava ao fim. Pedira que ali mesmo o sepultassem, mas as autoridades não permitiram, e o corpo foi transportado para o Rio, embalsamado e colocado na igreja da Cruz dos Militares onde a multidão, silenciosamente, desfilou. Luiz Edmundo, que foi vê-lo, conta: ‘Lá estava, queda, para sempre, aquela mão, aquela inerte mão que comprimira a minha, álgida, magra, longa, como que modelada em bronze. Olhei-a demoradamente, lembrando a cena do Arsenal. Parece que chorei, não me recordo. Sei, apenas, que resistir não pude a uma secreta força que, insensivelmente, para ela me arrastava e conduzia. Da mesma me aproximei, como um autômato, presa do mais terno e mais sincero sentimento. Sobre ela me curvei, e, como se beijasse a mão de um santo, comovido, beijei-a.’ Em 6 de julho, foi realizado o enterramento. Luiz Edmundo, que o presenciou, afirma que ‘nem pelos dias reservados às cerimônias religiosas da Paixão de Cristo o Rio de Janeiro apresentava uma aparência, assim, tão cheia de desconsolo e de tristeza. Toda uma multidão silenciosa e abatida, desde cedo, havia saído para a rua. Não havia, nas lojas dos floristas, uma só rosa, um cravo, uma dália ou uma papoula para vender. E, entretanto, na véspera, de Petrópolis, de Teresópolis e de Friburgo, por prevenção, tinham chegado carregamentos colossais de flores, logo, velozmente, transformadas em coroas e palmas. Muito antes da hora marcada para o começo das exéquias, o povo já havia obstruído, completamente, os logradouros mais avizinados ao templo de onde deveria sair o ataúde do grande morto, em direção ao cemitério.’

“A imponência da solenidade estava na massa popular, a maior que a capital já vira reunida: ‘Um terço dos moradores da cidade ou, talvez, mais, assistiu à solene passagem desse cortejo, que levou horas e horas a desfilar. Pelas calçadas, portas e janelas das casas, toda uma multidão se aglomerava, em cachos. Vi homens de joelhos, pelas ruas,



senhoras que choravam. Gente trepada pelos combustores da iluminação, pelos postes dos fios telegráficos e até pelos beirais de altos e íngremes telhados. Jamais uma romaria cívica, até hoje, logrou, que eu saiba, uma imponência igual. Os funerais de Rio Branco foram notáveis, foram, mas não tiveram, como os de Floriano, a solenidade, a magnificência e até mesmo o concurso de uma tão grande massa popular. Para se ter uma pequena ideia do que fosse acontecimento extraordinário, basta lembrar que, no momento em que chegava à porta do Campo Santo o ataúde que conduziu o corpo do grande morto, a larga fila dos que o acompanhavam, em passo vagaroso, ainda era vista, pelo Largo da Glória, entrando pela rua do Catete. Uma verdadeira apoteose!”

“E a sombra do consolidador se projetaria além, no tempo, sobre os governos posteriores, e em sua memória a vigilância pela República crescia, e se mobilizavam os espíritos, nas horas de dúvida ou de ameaça. Cumprira, exemplarmente, a sua missão. E isso não lhe foi perdoado jamais. Depois de seu desaparecimento, as paixões prosseguiram, como se ele estivesse vivo. Tocara tão fundo o que havia de nacional em nossa gente que jamais lhe seria feita a justiça, senão a protocolar: a história oficial relegou-o praticamente ao silêncio. Cometera crime inexprável: defender o povo brasileiro. Como a Tiradentes, que permanecera esquecido durante todo o período da monarquia, sendo uma das primeiras preocupações dos republicanos retirá-lo do olvido a que fora propositadamente atirado, não se perdoaria a Floriano a sua firmeza em defesa das instituições democráticas, no que elas tinham de essencial e dentro das condições da época, nem a defesa dos interesses populares contra o privilégio, nem o da soberania contra a intervenção estrangeira. O povo o guardou, entretanto, como a Tiradentes, e o fez seu” (Nelson Werneck Sodré, **História Militar do Brasil**,

Expressão Popular, 2ª ed., 2010, pp. 225-227).

Que diferença em relação ao fim de Campos Sales, logo após o término de seu mandato – o que também foi o fim de sua vida política:

“A 15 de novembro de 1902 Campos Sales transmitia o poder a Rodrigues Alves. Em seguida, preparou-se para regressar a seu Estado. Dirigiu-se à estação, onde tomaria o noturno paulista. (...) Durante todo o trajeto, foi estrepitosamente vaiado. O trem em que viajava foi apedrejado nos subúrbios. Tornou-se necessário mobilizar a Polícia, conter a multidão que o seguia e que, depois de sua partida, procurou as redações dos jornais que o haviam apoiado, para depredá-los” (Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro, **O Poder Civil**, História da República Brasileira, Editora Três, pp. 106-107).

Entretanto, nenhum documento é tão assertivo sobre a posição do marechal Floriano Peixoto na proclamação da República quanto o próprio panfleto antirrepublicano do último presidente do conselho de ministros do Império, Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto.

Afonso Celso reproduz, por exemplo, um relato do tenente-coronel Jacques Ourique: “... o general Deodoro no dia 13, mandou chamar o ajudante general do Exército, marechal de campo Floriano Peixoto e confiou a sua lealdade a posição em que se achava o Exército. Tendo ponderado o marechal Floriano Peixoto que, a seu ver, os atos de governo não autorizavam ainda semelhante extremo e talvez fosse preferível fazer uma última tentativa junto ao gabinete, o marechal Deodoro declarou categoricamente ao seu velho amigo que o movimento era irrevogável e que ele já se achava à frente de seus companheiros” (cf. Visconde de Ouro Preto, **Advento da Ditadura Militar no Brasil**, 1891, ed. SF, 2017, p. 53, itálicos no original).

Ou seja, dois dias antes da Proclamação, Deodoro estava convicto de que a República

era necessária, mesmo inevitável – e comunicou isso à segunda autoridade do Exército, após o ministro da Guerra, o ajudante general Floriano Peixoto, seu “velho amigo”, que fez apenas uma fraca objeção.

A narrativa de Ouro Preto do dia 15 de novembro de 1889 é interessante, ainda mais porque é insuspeita – ele pretende difamar o movimento republicano, mas consegue o contrário:

“Dando, pela quinta ou sexta vez, a ordem de ataque à coluna sublevada, ordem, torno a dizê-lo, – que o Sr. ministro da Guerra repetia em voz alta ao Sr. Floriano Peixoto, um jovem oficial, – creio que tenente, – que ali se achava, exclamou, dirigindo-se a mim: – Sr. ministro, pese bem a responsabilidade que assume: é tremenda; vai haver uma carnificina horrível e inútil!

[O visconde de Pelotas era o marechal Câmara, herói da Guerra do Paraguai e um dos maiores líderes do Exército brasileiro.]

Mas, continuemos com o relato do visconde de Ouro Preto:

“Esta revelação, confirmando suspeitas que já me assaltavam, clareou-me à situação. Então compreendi tudo.

“Não mais me surpreendeu, nem que, ordenando pela última vez fosse desalojada e expelida a força que seguramente havia já uma hora afrontava o quartel-general, me prevenisse o Sr. ministro da Guerra que não poderíamos esperar vitória, – nem tampouco que oferecessem ao Ministério a retirada pelo fundo do edifício, o que terminantemente todos recusamos.

“Não podíamos esperar



“E a sombra do consolidador se projetaria além, no tempo, sobre os governos posteriores, e em sua memória a vigilância pela República crescia, e se mobilizavam os espíritos, nas horas de dúvida ou de ameaça. Cumprira, exemplarmente, a sua missão. E isso não lhe foi perdoado jamais. Depois de seu desaparecimento, as paixões prosseguiram, como se ele estivesse vivo. Tocara tão fundo o que havia de nacional em nossa gente que jamais lhe seria feita a justiça, senão a protocolar: a história oficial relegou-o praticamente ao silêncio. Cometera crime inexprável: defender o povo brasileiro. Como a Tiradentes, que permanecera esquecido durante todo o período da monarquia, sendo uma das primeiras preocupações dos republicanos retirá-lo do olvido a que fora propositadamente atirado, não se perdoaria a Floriano a sua firmeza em defesa das instituições democráticas, no que elas tinham de essencial e dentro das condições da época, nem a defesa dos interesses populares contra o privilégio, nem o da soberania contra a intervenção estrangeira. O povo o guardou, entretanto, como a Tiradentes, e o fez seu” (Nelson Werneck Sodré, **História Militar do Brasil**,

vitória, assegurou-me, porque em poucos instantes a artilharia reduziria a ruínas o quartel.

“Mas essa artilharia pode ser tomada a baioneta, objeti; na pequena distância em que se acha postada, entre o primeiro e o segundo tiro de uma peça, há tempo para cair sobre a guarnição.

“É impossível! As peças estão assestadas de modo que qualquer surtida será varrida à metralha!

“Por que deixaram então que tomassem tais posições? Ignoravam isso?! Mas não creio na impossibilidade senão diante do fato. No Paraguai, os nossos soldados apoderaram-se de artilharia em piores condições.

“Sim, observou o Sr. Floriano Peixoto, – mas lá tínhamos em frente inimigos e aqui somos todos brasileiros.

“Se eu pudesse ainda manter ilusões, elas se teriam dissipado ante essa frase” (cf. Visconde de Ouro Preto, **op. cit.**, pp. 62-63, itálicos no original).

Não foi o primeiro, nem o último, naquela quadra histórica, a ter suas ilusões dissipadas.

Mas isso não aconteceu a Floriano que, é verdade, mantinha poucas ilusões – se é que as mantinha.